

psicoatualidades
REVISTA · PSICOATUALIDADES

Revista Psicoatualidades | Belém do São Francisco-PE | v.3, n.1 | 56 p. | 2023

Publicação semestral | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 - Centro - CEP: 56440.000
- Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico / e-mail: npq@facesf.edu.br
<https://periodicosfacesf.com.br/>

FACESF – Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco

Direção Acadêmico

Luis Geraldo Soares Lustosa

Coordenação Geral

Daniela Pereira Novacosque

Coordenação de Pós-Graduação

Dayara de Kássia Sá Sampaio Soares Lustosa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa NPQ FACESF

Phablo Freire



Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte. Solicita-se permuta/exchanges dedired.



Revista Psicoatualidades	Belém do São Francisco-PE	v.3, n.1	56 p.	2023.
--------------------------	---------------------------	----------	-------	-------

REVISTA PSICOATUALIDADES

Editores-Chefes

Phablo Freire (FACESF, Brasil)
Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)

Equipe Editorial

Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Nathaly Ferraz Queiroz Silva (FACESF, Brasil)

Conselho Editorial

Macdouglass de Oliveira (UFPB, Brasil)
Phablo Freire (FACESF, Brasil)
José Izak ribeiro de Araújo (UFPE, Brasil)
Marciano Antonio da Silva (UFPE/CAA, Brasil)
Allene de Carvalho Lage (UFPE/CAA, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Nathaly Ferraz Queiroz Silva (FACESF, Brasil)
Ana Rosa Brissant de Andrade (FACESF, Brasil)
Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Janildo Lopes da Silva / CRB4/929

Revista Psicoatualidades [Recurso eletrônico] / Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco. – v. 1, n. 1. (2021)- Belém do São Francisco/PE: FACESF, 2021-

Semestral

ISSN 2764-4480

Modo de acesso: World Wide Web:

<<https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades>>

1. Psicologia – Periódicos. I. Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do São Francisco. II. Título.

159.9(05) CDU

FACESF/BIB012/2021

Publicação semestral | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 – Centro - CEP: 56440.000 - Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico e-mail: npj@facesf.edu.br <https://periodicosfacesf.com.br/>

SUMÁRIO

SEÇÃO I: PROCESSOS CLÍNICOS

O LUTO DO SOBREVIVENTE E A POSVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO

Rayane Ribeiro dos Santos

Maíra Ellen Santos Brito

Jacqueline Maria Alves de Santana Caldeira.....7

A FEMINILIDADE DURANTE O ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Ana Alcía Ivo Martins de Sá

Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião30

SEÇÃO II: PROCESSOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

FEMINICÍDIO E PSICOLOGIA FORENSE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Vinicius Ribeiro de Almeida.....46

UM ESTUDO SOBRE OS SABERES: A RELAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nayara Kelly Gomes da Silva

Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião

Débora Alves de Amorim54

SEÇÃO I: PROCESSOS CLÍNICOS

O LUTO DO SOBREVIVENTE E A POSVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO

THE SURVIVOR'S GRIEF AND POSVENTION AS A CARE STRATEGY

Rayane Ribeiro dos Santos¹
Maíra Ellen Santos Brito²
Jacqueline Maria Alves de Santana Caldeira³

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central, investigar o luto por suicídio e o entendimento de profissionais de saúde a respeito da posvenção, por meio de uma revisão narrativa de literatura. A busca de referências teóricas foi realizada de março até maio de 2022 com os descritores: “posvenção”, “luto do sobrevivente”, “sobreviventes por suicídio”, “luto” [AND] “suicídio”, “sobreviventes [AND] suicídio”. Foram incluídas publicações de artigos, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, no idioma português, com espaço temporal de 5 anos. Na etapa de levantamento bibliográfico, utilizou-se as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), totalizando 10 artigos que compõem o corpo desta pesquisa, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Dentre os resultados obtidos, a partir desta revisão, observou-se que a possibilidade de desenvolver o luto complicado é aumentada quando se refere a perda por suicídio, em razão das especificidades desse tipo de luto e os estressores intensamente presentes. A posvenção trata-se de ações de cuidado aos enlutados por suicídio, afim de atenuar os impactos causados por essa perda e prevenir que desenvolva complicações, evitando a ocorrência de contágio também. Conclui-se que há uma escassez de pesquisas científicas referentes ao luto do sobrevivente e a posvenção. Esse trabalho serve como agente de comunicação para a população, principalmente para os profissionais de saúde, como meio de conscientização, orientação e compartilhamento da relevância do tema.

Palavras-chave: Posvenção; Luto do sobrevivente; Sobreviventes por suicídio; Suicídio; Profissionais de saúde.

ABSTRACT: This present study aim at investigating mourning for suicide and postvention by the understanding of health professionals through a narrative review of literature. The search of theoretical references it was accomplished from March to May in 2022 using descriptors: “postvention”, “survivor’s mourning”, “suicide survivors”, “mourning” [AND] “suicide”, “survivors [AND] suicide”. Publications of articles available in full and free of charge, in the Portuguese, with a time space of 5 years were included. In the bibliographic survey stage, the following databases were used: Virtual Health Library (VHL); Online Scientific Electronic Library (SCIELO) and Electronic Journals in Psychology (PEPSIC), totaling 10 articles that make up this research, after the application of the inclusion and exclusion criteria. Among the results there it is a possibility of developing complicated grief is increased when referring to suicide loss, due to the specificities of this type of mourning and the intensely present stressors. Postvention are caring actions for those bereaved by suicide, in order to mitigate the impacts caused by this loss and prevent it from developing complications, avoiding the occurrence of contagion as well. It was concluded that there is a scarcity of scientific research on survivor’s mourning and posvention. This study is also a communication agent for the population, especially for health professionals, as a means of awareness, guidance and sharing of the relevance of the subject.

Keywords: Postvention; Survivor's Mourning; Survivors by suicide; Suicide; Health professionals.

1 INTRODUÇÃO

O suicídio é considerado um problema de saúde pública, visto que, segundo a Organização Mundial de Saúde (2021), em todo o mundo cerca de 700 mil pessoas se suicidam por ano, sendo esse

fato, a terceira maior causa de morte entre a faixa etária de 15 a 29 anos, em 2019. Esse fenômeno é bastante estigmatizado e condenado socialmente, por ser tachado durante muitos anos como pecado, o que dificulta também o conhecimento sobre os complexos fatores que o envolvem.

Segundo Scavacini (2019), cerca de 12 mil pessoas se suicidam no Brasil por ano, o que corresponde a 1 morte por suicídio a cada 45 minutos. Desse modo, aproximadamente 72.247 pessoas são extremamente impactadas por esse fato (SCAVACINI; CORNEJO; CESCÓN, 2019), já que a cada ato cometido cerca de 6 a 10 pessoas são afetadas (CVV, 2017c). Os sobreviventes, ou seja, todas as pessoas que são afetadas e estão em luto por um suicídio, necessitam de cuidado e atenção que por vezes não lhes são dados, pois esse tipo de perda é invisibilizada por conta do preconceito existente.

A morte por suicídio é considerada traumática, repentina e também julgada socialmente (COOK; JORDAN; MOYER, 2015), ocasionando no sobrevivente o luto envolvido por danos emocionais, sociais e econômicos. Além disso, por conta das particularidades envolvidas nesse tipo de luto, como a culpa, os questionamentos do porquê o suicídio aconteceu e a sensação de desamparo vivenciados pelos sobreviventes, há uma possibilidade maior desse luto se intensificar, ser mais duradouro e causar um prejuízo na execução de tarefas e de papéis dessas pessoas.

Posto isso, é relevante abordar por meio da pesquisa científica, a necessidade de garantir suporte aos sobreviventes, para que enfrentem e elaborem esse tipo de luto de forma saudável. Dessa maneira, os profissionais de saúde possuem um papel primordial para executar essa assistência, através da Posvenção, ou seja, toda ação após o suicídio que oferece cuidado e atenua o impacto gerado pela morte. O trabalho de posvenção previne complicações do luto, tornando-o mais ressignificador, onde o enlutado possa buscar uma existência com sentido. Além disso, é uma tarefa imprescindível, pois possibilita o desencorajamento de ações suicidas. Sendo assim, para Oliveira e Faria (2019), a posvenção trata-se de uma prevenção futura, uma vez que o histórico familiar de suicídio é também um fator de risco.

O objetivo da posvenção, para o psicólogo Edwin Shneidman (1973, apud SCAVACINI, 2018a), criador desse termo, é possibilitar que os sobreviventes tenham uma vida mais plena, com menos estresse e conseqüentemente com mais produtividade.

Os profissionais de saúde são necessários para garantir aos sobreviventes um espaço de escuta, onde sintam-se acolhidos, aceitos e orientados. Os psicólogos, em especial, são os mais adequados para auxiliar os enlutados a compreender o processo que estão vivenciando e ajudá-los a ampliar novas perspectivas sobre os fatos, para que ao longo do tempo, enfrentem uma nova realidade ressignificada (CÂNDIDO, 2011).

Vale ressaltar que no Brasil pouco se fala sobre o luto dos sobreviventes e, principalmente, poucos são os trabalhos de posvenção colocados em prática. A falta de conhecimento em relação a esses aspectos também parte de muitos profissionais de saúde, que durante a graduação não tiveram acesso a disciplinas ou cursos envolvendo morte, suicídio e luto. Há também uma escassez de políticas públicas

que garantam serviços de posvenção, o que, de certa forma, pode contribuir para que aumente o adoecimento da população e também os números de suicídio, pois muitos dos sobreviventes não estão sendo acompanhados por serviços especializados.

O presente trabalho de conclusão de curso propôs investigar o luto por suicídio, bem como o entendimento de profissionais de saúde a respeito da posvenção. Além desse escopo principal, objetivou-se, também, compreender o processo de enlutamento dos sobreviventes diante da perda por suicídio, avaliar as estratégias de posvenção do suicídio e o seu funcionamento no Brasil e abordar sobre o relevante papel dos profissionais de saúde nas ações de posvenção.

2 METODOLOGIA

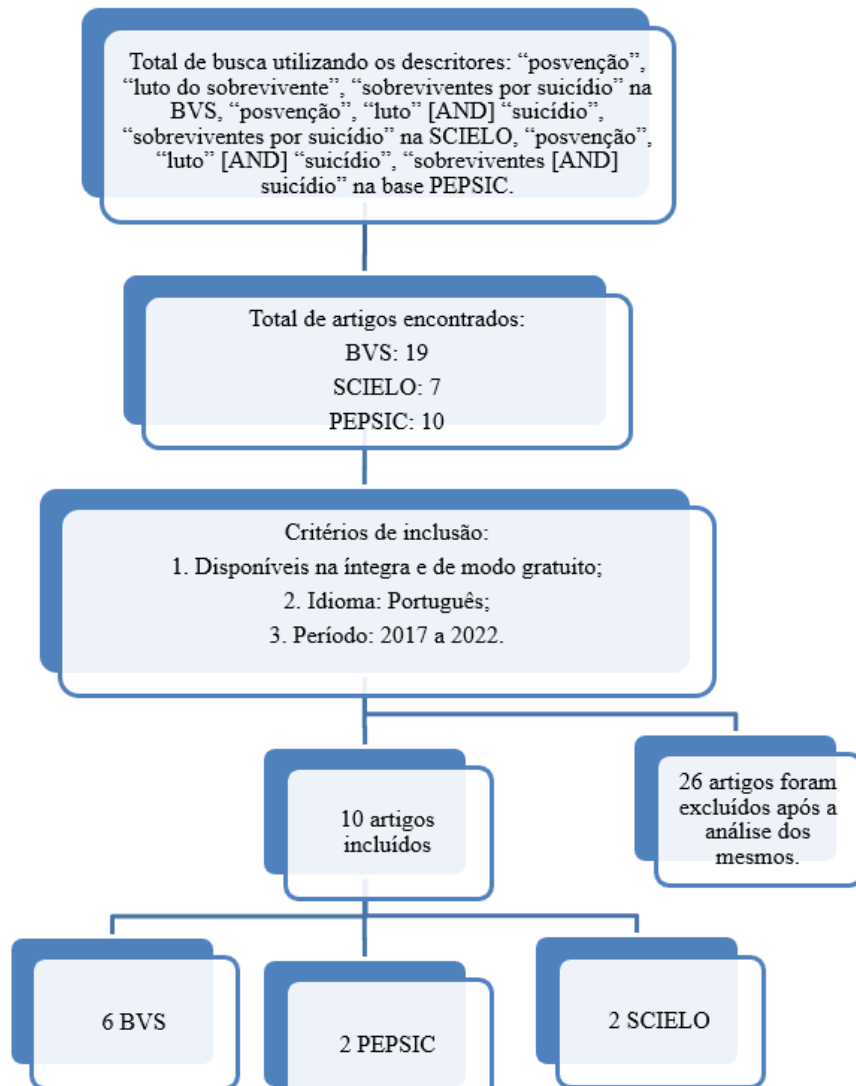
O presente estudo é uma Revisão Narrativa de Literatura (RNL), a qual é definida como uma investigação e discussão mais ampla sobre um determinado tema. Através da RNL é possível que ocorra a exploração e interpretação das pesquisas científicas, proporcionando a descrição e a caracterização desses achados (BRUM et al., 2015).

O desenvolvimento desta revisão teve início a partir da definição do tema, que se refere ao luto do sobrevivente e a importância das ações de posvenção nesses casos. Em seguida, foi criada a pergunta norteadora da pesquisa: “Será que o luto por suicídio é realmente diferente dos outros?” Logo após, estabeleceu-se o objetivo da pesquisa “Investigar o luto por suicídio e o entendimento de profissionais de saúde a respeito da posvenção”. Com a finalidade de responder a questão norteadora, foi realizado o levantamento bibliográfico nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC)

Os critérios de inclusão para o estudo foram: artigos disponíveis na íntegra e de forma gratuita, no idioma português, com lapso temporal de cinco anos; dessa forma, foram incluídas as publicações dos anos 2017 a 2022, devido à pesquisa ter sido realizada no ano de 2022. Em relação aos critérios de exclusão, foram excluídos artigos que não estivessem disponíveis de forma gratuita, aqueles que estavam duplicados e publicações que possuíam uma escassez de conteúdo que não garantisse responder os objetivos da pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi iniciado em março de 2022 e prosseguiu até maio do mesmo ano. Para direcionar as buscas por meio das plataformas, foi necessário utilizar alguns descritores. Na BVS foram utilizados: “posvenção”, “luto do sobrevivente”, “sobreviventes por suicídio” obtendo como resultados 19 artigos. Na pesquisa da base de dados SCIELO foram utilizados os seguintes descritores: “posvenção”, “luto” [AND] “suicídio”, “sobreviventes por suicídio”, foram encontrados 7 artigos. Para a pesquisa do PEPSIC foram usados os seguintes descritores: “posvenção”, “luto” [AND] “suicídio”, “sobreviventes [AND] suicídio”, encontrando 10 artigos. Sendo assim, foram contabilizados 36 artigos para leitura, conforme a figura 1.

Figura 1 – Fluxograma no conjunto de materiais encontrados na BVS, SCIELO e PEPSIC, 2022.



Para facilitar o processo de identificação das produções encontradas, foi exposto no quadro 1 a caracterização desses achados, com as subsequentes informações: código do artigo (A1, A2, A3...), título, ano de publicação, periódico e resumo dos resultados. Por fim, foi extraído as informações que contribuíssem no processo.

Quadro 1- Caracterização da produção científica BVS, SCIELO e PEPSIC.

Código	Título	Ano de publicação	Periódico	Resumo dos resultados
A1	Grupo de apoio para sobreviventes do suicídio	2020	Psicologia em estudo	A iniciativa de duas profissionais da psicologia ao criar um grupo de apoio aos sobreviventes/ enlutados por suicídio possibilitou a população da cidade de Maringá- PR a oferta de um espaço seguro de escuta e de acolhimento, onde há a legitimação do sofrimento, pois se trata de um assunto envolto por um tabu e preconceito, e até então silenciado pela sociedade e pelos próprios sobreviventes. O grupo de apoio permite que a vivência emocional do enlutado

				seja considerada como aceitável e por meio do compartilhamento, os participantes se identificam com a perda traumática. Notou-se inicialmente uma pouca adesão ao grupo, sendo então necessário a ampliação da divulgação para além das mídias sociais, e dessa forma, solicitando que os profissionais de saúde fizessem encaminhamentos dos seus pacientes enlutados para o grupo. Essa atitude proporcionou a explanação de mais informações sobre o luto do sobrevivente para os profissionais de saúde, tornando-os mais ativos na divulgação desse recurso terapêutico.
A2	Suicídio: Peculiaridades do luto das famílias sobreviventes e a atuação do psicólogo	2019	Revista Psicologia Clínica: Rio de Janeiro Vol. 31 N. 2	Há peculiaridades no processo de luto do sobrevivente, especificamente dos familiares, como os sentimentos de vergonha, medo e culpa. A morte por suicídio pode ser considerada como morte traumática, que pode causar a intensificação e o agravamento do luto do sobrevivente. O estigma presente na sociedade, tachando o suicídio como pecaminoso e vergonhoso dificulta a vivência do luto do sobrevivente, pois eles preferem se calar e isolar-se e sendo assim, não recebem o apoio social necessário para ajudá-lo a ressignificar a perda. As ações de suporte pós suicídio que se propõem a prevenir outro ato ou tentativa de suicídio, são chamadas de posvenção, realizadas tanto por psicólogos como também por outros profissionais de saúde mental em um trabalho conjunto.
A3	Propostas de ações do comitê de prevenção e posvenção do suicídio em uma Secretaria Municipal de Saúde	2019	<u>Revista Saúde Pública Paraná</u>	Através de um projeto aplicativo baseado na elevada incidência de suicídio da cidade, se propôs a execução de determinadas ações através da organização do comitê de prevenção e posvenção do suicídio de Maringá PR. Tanto as pessoas enlutadas pela morte por suicídio quanto aquelas que são impactadas de alguma maneira, como profissionais de saúde necessitam de amparo por meio das ações de posvenção. A posvenção possibilita a atenuação do impacto pela exposição e favorece a elaboração do sofrimento.
A4	Comportamento suicida: O paradoxo vida e morte em meio à pandemia de COVID-19	2021	Estudos interdisciplinares em psicologia v. 12 n. 2	A notícia da morte por suicídio é recebida pelas pessoas próximas ao ente querido que faleceu, como um choque, associado ao sentimento de culpa e responsabilização. Por outro lado, há sentimentos também de saudade e tristeza. Esses sentimentos podem provocar o luto complicado que consiste como um fator de risco para que o sobrevivente cometa o suicídio. A partir disso, a importância da posvenção se acentua e essas ações tem a finalidade de facilitar a ressignificação do luto e o apoio a questões psicossociais dos sobreviventes.

A5	Vivenciando o suicídio na família: do luto à busca pela superação	2018	Revista Brasileira de Enfermagem	A pesquisa utilizou como fonte de dados: a entrevista direcionada aos profissionais de saúde do CAPS e aos familiares que tinham diferentes formas de vínculos com a pessoa que cometeu o suicídio. Receber a notícia da morte de um ente familiar por suicídio causa um impacto muito forte, um estado de choque se instala inicialmente. Em um segundo momento, o familiar precisa lidar com a dor e também com o julgamento da sociedade diante do acontecido e a partir daí a culpa se instaura, por não ter conseguido evitar o ato. A fé se torna uma alternativa para voltar a se reestruturar e atenuar o sofrimento. Além disso, a busca por profissionais de psicologia e o apoio de amigos se mostraram como necessários, em contrapartida, alguns enlutados preferem o isolamento.
A6	Suicídio: a importância de novos estudos de posvenção no Brasil	2019	Revista brasileira de terapias cognitivas: Rio de Janeiro, vol.15 n.2	O luto pela morte por suicídio trata-se de um luto complicado, visto que é que um episódio brusco e violento que causa nos sobreviventes dor emocional, psíquica e adoecimentos físicos. Os serviços de posvenção auxiliam nesse processo de luto, por meio da escuta e acolhimento, evitando que outros casos de suicídio aconteçam. Apesar que, essa temática ainda é pouco discutida no Brasil, o que dificulta o acesso desse público a essas ações. O profissional de saúde mental é impactado intensamente pela perda de um paciente por suicídio, devido a construção da relação entre eles. O suporte aos familiares enlutados se mostra preciso, necessitando de um preparo para que forneça um acompanhamento apropriado durante esse processo de enlutamento.
A7	Estratégias de prevenção e pósvenção do suicídio: Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial	2017	Revista de Psicologia da IMED	O recurso utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada direcionada a cinco profissionais de Saúde em um Centro de Atenção Psicossocial I no Rio Grande do Sul. Foi possível inferir que ainda há uma falha na comunicação dos diversos setores de saúde, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho em rede e multidisciplinar mais eficaz diante dos casos de suicídio. Uma das principais ações ofertadas no CAPS é o cuidado ao familiar, que são assistidos e acolhidos desde o processo de prevenção até a posvenção, dando uma continuidade ao trabalho de escuta e acolhimento.
A8	Luto materno no suicídio: a impotência e o desamparo frente às (im)possibilidades	2020	Revista Nufen: Phenom. Interd. Belém v.12 n.3	O impacto na saúde mental das mães que perdem seus filhos por suicídio, pode provocar o desgaste dos relacionamentos familiares. Há estudos que inferem o número alto de estresse e de sintomas graves nos familiares de suicidas, mesmo antes do suicídio acontecer. O artigo traz um relato de uma

				mãe que perdeu o seu filho por suicídio. É abordado que o processo de luto por suicídio se define como o mais destruidor para as mães, já que elas se sentem responsáveis por não ter conseguido evitar a morte, sendo assim, levam consigo a frustração, o sentimento de desamparo, a sensação de impotência e a culpa.
A9	Situações de suicídio: Atuação do psicólogo junto a pais enlutados	2021	Psicologia em estudo- Rio de Janeiro, v. 26	O artigo elegeu como meio de estudo, o acompanhamento psicológico com os pais enlutados por suicídio. Visto que, muitos relatos em reportagens, entrevistas, revistas como a Época, Veja e Isto é, mencionam que os pais desejam cometer o suicídio por se sentirem culpados, sem sentido de viver e por ser um luto mais complexo e insuficiente para lidar. Sendo assim, traz a importância do preparo dos profissionais para compreender a explosão de sentimento em relação a perda dolorosa. Por isso o acompanhamento clínico é paciente, com o objetivo de sustentar o espaço da dor do enlutado neste processo de luto, para que a própria paciência possa ser adquirida pelos pais enlutados.
A10	Fukumitsu KO. Sobreviventes enlutados por suicídio: cuidados e intervenções. São Paulo: Summus; 2019	2019	Ciência & saúde Coletiva SCIELO	O autor traz os aspectos explanados por Karina Fukumitsu sobre o luto por suicídio e a posvenção. Karina aborda em seu livro, que o luto por suicídio é o mais dilacerante para aqueles que ficam, pois provoca aspectos negativos no psíquico e físico do sujeito. Há um tabu ainda presente na sociedade, dificultando que o sobrevivente busque o apoio necessário, pois é temeroso falar sobre suicídio. A partir disso, a posvenção traz com ela um espaço de acolhimento, sem julgamentos às histórias relatadas. Os grupos de apoio fazem parte dessas estratégias de promoção de suporte e saúde mental.

3 RESULTADOS

Na seleção de artigos para esta revisão, notou-se o destaque do ano 2019, com quatro publicações, seguido por 2021 e 2022, com dois artigos em cada e, por fim, os anos de 2017 e 2018, com um trabalho cada.

As publicações (A1, A7, A8, A9) revelam, em suas pesquisas, diferentes quantitativos de pessoas impactadas por cada suicídio cometido. Cerca de 6 a 12 pessoas são intensamente afetadas (A1). Porém, esse número pode ser maior a depender do contexto que o suicida estava inserido: escola, trabalho e família. Além desses dados, esse artigo traz um dado da National Action Alliance for Suicide Prevention, que revela que cada morte por suicídio impacta 115 pessoas. Segundo (A7) cerca de 60 pessoas são afetadas a cada morte por suicídio, enquanto (A8) relata que cada suicídio afeta seriamente a vida de 6

a 10 pessoas. Deve-se levar em consideração que o Brasil se encontra como o oitavo país em número absoluto de suicídios (A1), o que significa dizer que, de acordo com os dados desse artigo, cerca de uma centena de pessoas por dia são impactadas por suicídio. Essas pessoas que são intensamente impactadas por suicídio, enlutadas e que as vidas foram totalmente reconfiguradas por conta desse fato, (A1) são chamadas de “Sobreviventes”.

A possibilidade de desenvolver o luto complicado é aumentada quando se refere a uma morte por suicídio e isso foi destacado no artigo (A1, A4, A6, A8), devido às especificidades desse luto e os estressores intensamente presentes. O artigo (A1) traz que esse fato está relacionado a fatores como: o sobrevivente estar desprovido de uma preparação, pois a morte é inesperada, a dificuldade em dar um significado para o ocorrido e estressores sociais. O artigo (A2) traz um dado do DSM- 5 que define que, após uma morte traumática há a possibilidade do surgimento do luto complexo persistente, se diferenciando do luto proveniente de causas naturais, em virtude de reações emocionais graves, por pelo menos 12 meses após a morte, causando prejuízos à sua vivência.

As literaturas encontradas (A1 e A8) trazem o tabu e as crenças religiosas como influências no processo de luto por suicídio. O achado (A1) aborda que esse tabu e as questões religiosas impedem que os sobreviventes realizem os rituais de despedida em razão do estado em que se encontra o corpo e também pelo fato de o suicídio ser considerado como pecaminoso. Em (A8), foi encontrado que vivenciar a perda por suicídio é um percurso de dor que é assolador e traumático e que isso está relacionado também ao tabu e crenças religiosas, que veem o suicídio como erro de familiares e amigos.

Em três achados da literatura (A1, A6 e A10) aponta-se que o tabu envolvido no suicídio provoca o silenciamento nos sobreviventes e, conseqüentemente, um prejuízo na vivência do luto. Sendo assim, (A10) os enlutados não buscam suporte dos profissionais de saúde, por medo de falar sobre o assunto. No artigo (A6) é ressaltado que os enlutados se afastam de amigos e familiares por vergonha, além disso, o artigo considera o suicídio como uma tragédia silenciosa, por ser incômodo falar sobre o assunto em uma sociedade com um tabu enraizado, tornando esse processo de dor, um fato que não pode ser dividido. O achado (A10) se refere a esse silêncio como adoecedor.

Consonante a esses aspectos, o artigo (A2) retrata que alguns sentimentos vivenciados pelos sobreviventes podem ser comuns em outros tipos de luto, mas, nesse caso, há algumas reações específicas, como a vergonha e outros sentimentos que provavelmente estão relacionados ao tabu, implicando nos enlutados o surgimento de transtornos psicológicos, como depressão e dependência química. Nesse artigo, também se aborda a diferença da vivência do luto por morte natural e a morte por suicídio, pois, na morte natural há essa facilidade em se falar sobre o ocorrido, sem que suscite no enlutado os sentimentos de culpa, vergonha, medo e não aceitação. Sendo assim, é perceptível nos artigos encontrados, que o estigma que circunda o suicídio provoca fatores de riscos para os enlutados.

Para os problemas relacionados ao tabu e estigma, o achado (A10) enfatiza a relevância do amparo, que precisa ser através de uma comunicação respeitosa, sem julgamentos e recriminações. O

acolhimento adequado deve estar pautado na abstenção de explicações, mas também em compreender a vivência sentida do enlutado, trabalhá-la de forma criativa e autêntica, verificando quais os sentidos do sentimento de culpa e consolidando as ações do aqui-agora.

A morte por suicídio expõe os enlutados à curiosidade da mídia e a de pessoas ao redor (A1, A10), ou seja, há uma invasão da privacidade e intimidade. Segundo (A1), por conta desse fato, pode se desenvolver, nessas pessoas, certa desconfiança e isolamento, o que interfere na busca por ajuda profissional.

Nas pesquisas encontradas, frequentemente aparecem as reações emocionais desenvolvidas durante o processo de luto por suicídio, consideradas como intensas e avassaladoras. A impossibilidade de saber quais as razões para a consumação do ato e a falta de respostas para os questionamentos do porque o suicídio aconteceu (A1), gera uma carga de culpa nesse sobrevivente. A culpa pode estar presente em outros tipos de luto, mas para (A8), se intensifica quando a perda foi por suicídio. Portanto, é o sentimento mais torturante apresentado pelo enlutado, pois faz com que ele entenda que deveria ou poderia ter evitado esse desfecho. Além dos sobreviventes já se sentirem culpados (A9), a sociedade busca encontrar um culpado para a ocorrência da morte.

Em uma pesquisa realizada (A1), inferiu-se que o suicídio é um ocorrido chocante que causa descrença, culpa, vergonha, sentimentos de abandono e rejeição, raiva, medo, alívio, aumento do risco de suicídio e a contínua pergunta do “por quê?”. O achado (A2) traz que os familiares apresentam a sensação de impotência e fracasso, quando sabem do risco de suicídio do ente querido. Já na situação em que a família não havia percebido a presença de ideação e comportamento suicida, apresentam a culpa e a raiva. Como consequência dessas reações emocionais (A2), o sobrevivente sofre com a negação, depressão, dificuldades de ajustamento e de firmar novas relações, o desamparo, baixa produtividade, aparecimento de transtornos mentais e etc.

O artigo (A5) aborda que, com o recebimento da notícia do falecimento por suicídio do ente querido, os familiares entram em um estado de choque. Em decorrência desse fato, muitos deles preferem acreditar que seu ente querido tenha sido vítima de assassinato, considerando que essa vivência seja menos dolorosa do que o ato suicida em questão. Dois achados da literatura (A1 e A5) relatam que para aqueles que presenciaram a cena, o processo de superação é ainda mais difícil, sendo mais propensos aos fatores de riscos. A imagem do ato aparece frequentemente na mente do sobrevivente (A5), causando angústia e sofrimento.

A partir de uma pesquisa realizada com uma mãe enlutada por suicídio (A8), percebeu-se que o processo de sofrimento é vivenciado desde o período antes da morte se suceder, decorrente ao adoecimento da filha. Esse artigo traz que pesquisas demonstram a existência de alto grau de estresse e sintomas graves antes da morte por suicídio. Dessa forma, esse sofrimento antecipado revela que o luto por suicídio é distinto dos outros, mas vale dizer que algumas famílias não percebem e compreendem o risco, por isso muitas vezes são surpreendidas. Em concordância com esse fato, (A1) aborda que antes

mesmo da morte por suicídio acontecer é possível que já havia no contexto familiar transtornos ansiosos e depressivos, ideação e comportamentos suicidas, dificuldades psicossociais e familiares.

O achado (A1), traz uma consideração de que os enlutados por suicídio são impactados por três tipos de trauma: trauma psicológico, quando restauram todo o trajeto doloroso vivenciado pelo falecido; à exposição direta a cena do suicídio, quando se deparam com a cena do ato; e a exposição imaginada, quando supõem uma imagem mental do fato ou do sofrimento vivenciado pelo falecido, antes e quando se suicidou.

Alguns meios utilizados pelos familiares, para ultrapassarem o processo de luto e se construírem (A5), são a fé, “apegar-se a Deus”, o apoio de amigos e vizinhos e a busca pelos profissionais de saúde, principalmente psicólogos. Por outro lado, alguns enlutados preferem se isolar. A fé religiosa beneficia ao familiar enlutado o alívio do sofrimento e ampara na busca de um propósito.

Dos achados encontrados, referentes ao luto do sobrevivente, é notório que em sua grande maioria, o luto em familiares é o que mais aparece. Porém, no achado (A6) foi encontrado que o suicídio é considerado, por alguns profissionais de saúde, como o fato mais perturbador da sua carreira. Nesse artigo são apresentadas as reações pós suicídio descritas por profissionais de saúde, que são elas: choque, fracasso, impotência, descrença, profunda tristeza, culpa e raiva.

No que se refere à posvenção, a publicação (A6) aborda que o objetivo principal da posvenção é auxiliar o processo de luto do sobrevivente na busca por elaboração. Já o artigo (A1), traz que a posvenção trata-se de ações de cuidado aos enlutados, por suicídio, com o objetivo de atenuar os impactos causados por essa perda e, principalmente, diminuir as implicações dos transtornos de estresse pós-traumático, além de prevenir que se devolva um luto complicado durante o processo, evitando a ocorrência de contágio também. Os artigos (A1, A3, A5 e A7) abordam que as ações de posvenção são compreendidas como uma prevenção futura de novos casos de suicídio.

O artigo (A1) traz que a posvenção possibilita que o enlutado esteja ativamente envolvido, auxiliando-o na compreensão do suicídio em sua complexidade e as formas de prevenção, porém, de acordo com o achado (A3), essas ações podem não se restringir apenas a enlutados por suicídio, mas para todos aqueles que de alguma forma se sentiram afetados por esse tipo de morte. Sendo assim, o artigo (A1) aponta que uma importante iniciativa da posvenção deve ser o suporte àqueles que atuam logo após o suicídio acontecer, como bombeiros e socorristas.

O trabalho de posvenção pode ser efetivado a partir da clínica ou da saúde pública, (A4) fornecendo o suporte por meio de informações, apoio de grupos e psicoterapia, prezando pelo acolhimento desse sobrevivente. Além disso, o artigo (A1) revela os instrumentos recomendados no trabalho de posvenção, que são eles: a autópsia psicológica, os grupos de ajuda e a psicoterapia individual.

Os artigos (A1, A2 e A6) mostram o grupo de apoio como um suporte de acolhimento aos sobreviventes enlutados, no qual as suas experiências emocionais são vistas como aceitáveis, já que o

grupo busca proporcionar um ambiente acolhedor, com um espaço de escuta ativa e de reconhecimento da dor do enlutado. Os grupos de apoio são acompanhados de desafios (A1) por conta da dificuldade de aceitação por parte do enlutado, que muitas das vezes provoca o bloqueio em relatar a história da perda, mas ao mesmo tempo se encontra no grupo a percepção e a legitimação de cada relato, possibilitando um processo de ressignificação daquelas vivências.

Na publicação (A2), destacou-se o grupo de apoio como meio importante para distanciar o enlutado de implicações consequentes ao estado de negação apresentado por eles. Posto isto, é notável que o papel do profissional é auxiliar no processo de superação e de enfrentamento ao luto, para que o sobrevivente consiga obter um reencontro com a própria vida.

No grupo de apoio, (A1) os sobreviventes são convidados a iniciar uma caminhada que é gradual, considerando o tempo, o ritmo e as alternativas para ressignificar a dor de cada pessoa. Esse artigo aponta que a troca das experiências, no grupo de apoio, são levantadas pelas psicólogas, para esclarecer e permitir o reparo de conceitos equivocados que podem efetivar a culpa e outros aspectos negativos nesses sobreviventes.

Dentre as pesquisas, foram encontrados alguns institutos que oferecem grupos de apoio aos sobreviventes. No artigo (A6) foi mencionado o Centro de Valorização da Vida (CVV) que trata-se de uma instituição que oferta trabalhos voluntários, gratuitos e disponíveis para toda a sociedade. Reuniões são realizadas mensalmente propondo ajudar os sobreviventes a lidar com suas dores e questionamentos.

Um dos achados da literatura (A7), traz o resultado de uma pesquisa realizada com profissionais de saúde do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde foi relatado que a sua equipe envolve os familiares desde as ações de prevenção até a de posvenção em uma continuidade, através de grupos de apoio que oferecem escuta, amparo e informações. Segundo esse artigo, ao mesmo tempo que esses familiares são como suporte para o usuário com comportamentos suicidas, também são intimamente afetados por um sofrimento psíquico resultado dessa situação, e, portanto, necessita desse acolhimento. Isso infere que as ações desse CAPS são completas. Além disso, o artigo (A6) aborda sobre o Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do suicídio, que tem como objetivo amparar os sobreviventes de maneira gratuita, através das habilidades dos profissionais por meio da escuta e do acolhimento.

Os dados obtidos nos artigos (A2, A6 e A9) mencionam sobre a atuação dos profissionais de psicologia na posvenção ao suicídio, voltada para a proteção dos enlutados. O achado (A6) afirma que os psicólogos têm a função de examinar o sofrimento do sujeito, auxiliar na compreensão dos fatores de risco, das emoções e ajudar a desenvolver novas concepções de vida, já que o terapeuta proporciona estratégias de enfrentamento e conciliação para o enlutado, e nesse processo pode se firmar uma aliança terapêutica que fortalece o atendimento com os familiares. Os artigos (A2 e A9) abordam que os psicólogos podem executar a posvenção, através do acolhimento à dor do enlutado, de uma

psicoeducação, de um grupo de apoio, psicoterapia, informações passadas para as comunidades e de um acolhimento psicológico.

O achado (A10) menciona que é necessário a existência de políticas públicas direcionadas aos enlutados, com a intenção de possibilitar uma visibilidade maior a estas pessoas, além de assegurar o acesso à saúde e a profissionais capacitados na temática de suicídio. A publicação (A5) salienta a importância da atuação do enfermeiro como um profissional que é empenhado no cuidado do ser humano em sua integralidade, na busca por construir trabalhos em prevenção, promoção de saúde mental e posvenção. Portanto, é imprescindível que o tema de suicídio em sua complexidade seja inserido na formação de enfermeiros e profissionais de saúde. Esse artigo aborda que no acompanhamento profissional a esses familiares é importante o acolhimento, o enfoque nos impactos decorrentes da perda, levando-se em conta a individualidade do enlutado, assumindo um diálogo aberto e genuíno para que caminhem em busca de um sentido para a perda e consigam seguir adiante.

Diante do que foi pesquisado, a publicação (A2) aponta que não existe muitos serviços e cuidados disponíveis para as pessoas sobreviventes ao suicídio, por ser uma temática não muito conhecida no Brasil. Portanto, (A6) aborda que muitos sobreviventes não sabem o que significa posvenção e por isso não estão em busca desse suporte, por não saber onde encontrá-lo. Apesar disso, no artigo (A7) salienta que há um empenho nacional em desconstruir o tabu ainda existente, revelando o suicídio como ele de fato é, ou seja, mostrando que se trata de uma questão de saúde pública que necessita de pesquisas e práticas pertinentes para a redução do número de casos. Considerando isso, o suicídio é conhecido como um problema de saúde pública no Brasil, porém as pesquisas relacionadas a como manejar esse fenômeno são escassas. Além disso, poucos são os programas governamentais de qualificação profissional para a atuação em casos de suicídio.

O artigo (A8) aborda que assuntos relacionados a morte de si e do outro e, principalmente, o suicídio são poucos discutidos na formação dos profissionais de saúde. Traz um questionamento acerca desse fato, pois já que pouco se ensina sobre o trabalho intradisciplinar em relação a esse tema, tampouco há discussões relevantes sobre a importância da interdisciplinaridade, pois o que dificulta os conhecimentos são as poucas pesquisas e discussões. Já no artigo (A7) menciona que para ocorrer as ações de prevenção e posvenção é imprescindível o diálogo da equipe como um todo em um trabalho interdisciplinar, pois com os saberes de cada área é possível ter uma amplitude de cada caso para se chegar ao manejo mais adequado.

4 DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos neste estudo, infere-se que de fato, assim como não se deve limitar a compreensão do comportamento suicida a meras considerações, o luto por suicídio também não deve ter somente uma explicação, pois ele envolve diferentes dimensões. Deve-se considerar que a vivência

do luto é subjetiva, pois depende tanto de fatores internos, como os relacionais obtidos durante a vida e que influenciam na forma como lidar com o enlutamento (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2016). Ademais, vale ressaltar que o luto por suicídio possui especificidades que afetam diretamente os enlutados. Dessa maneira, vivenciar esse processo se distingue dos outros tipos de luto, pois é evidente a sua diferenciação no que se refere a intensidade, estigma, duração e a possibilidade maior em desenvolver um adoecimento (SCAVACINI, 2018a).

4.1 O processo de luto e suas particularidades

Os enlutados por suicídio são definidos por algumas literaturas como “sobreviventes”, considerando que apesar do sofrimento pela perda, há alguém que sobrevive. Sobrevive, no sentido de ir em busca de uma existência ressignificada (DANTAS, 2021). Sendo assim, engloba aquelas pessoas que são diretamente impactadas, sejam elas amigos, familiares ou profissionais (FUKUMITSU et al., 2015).

Geralmente, no enfrentamento do processo de luto, os sobreviventes apresentam raiva, rejeição, isolamento, autoacusação, ansiedade, desamparo, saudade, tristeza, necessidade de uma resposta para o ato do falecido, muitas das vezes se isolam, sentem vergonha e evitam falar sobre suas emoções e pensamentos (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2016).

Posto isso, deve-se considerar o quanto é importante compreender as particularidades envolvidas no luto por suicídio. Quando esse tipo de morte acontece, suscita nas pessoas a busca pelos motivos da ocorrência (SCAVACINI et al., 2020) e, dessa forma, o sujeito que morreu é condenado socialmente, assim como a própria família (CFP, 2013). Sendo assim, além do luto, o sobrevivente lida com o estigma, que inclui a culpa, pena e o julgamento (FUKUMITSU et al., 2015). Portanto, em meio a essas questões, se percebe no sobrevivente, o isolamento e o silêncio para desviar de certos constrangimentos, o que prejudica a vivência e elaboração do luto (CFP, 2013; FUKUMITSU; KOVÁCS, 2016).

Um das particularidades do luto por suicídio é a busca contínua por respostas do porquê esse fato aconteceu (SCAVACINI et al., 2020), o enlutado pode apresentar dificuldades em compreender o suicídio, permanecendo com mais perguntas que com respostas (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2016).

O enlutado, ao apresentar o sentimento de culpa, traz consigo questionamentos por não perceber os comportamentos ou a ideação suicida a tempo, dessa forma, se responsabiliza pela morte do indivíduo. Evidentemente, esse critério propicia ao indivíduo a necessidade de autopunição, podendo ser de maneira intensa e se tornando um processo doloroso que lhe impeça de seguir a vida. Com isso, a ideia de suicídio pode se manifestar no sobrevivente com a intenção de matar a culpa existente (CASSORLA, 2017).

De acordo com o texto “Somos os amigos que não gostaríamos de ter” do grupo de apoio do Vita Alere (CESCON, 2019) a vivência com a dor emocional do suicídio da pessoa querida é profunda em muitos indivíduos. Entretanto, o luto não perdura para sempre, já que vai sendo modificado conforme o sujeito lida com ele. Sendo assim, para Fukumitsu e Kovács (2016), o sobrevivente enlutado precisa encarar e lidar com a ausência do ente querido. Dessa ausência, pode surgir a vontade de restabelecer o laço com o morto, ou seja, a “orientação para a perda” e ao mesmo tempo, busca-se restaurar a vida. É necessário elaborar ajustamentos para lidar com a nova realidade e ir em busca de novos caminhos na vida, o que não significa dizer que isso é uma desonra a pessoa que morreu. Conseqüentemente, o processo de enlutamento é gradual e difícil.

A medicalização é vista pela sociedade como a resolução dos problemas, e isso não é diferente com os familiares enlutados pelo suicídio, já que muitos sobreviventes informam não saber sobre a existência de programas de apoio aos enlutados ou afirmam que não há em sua cidade e, quando existe, não é colocado em prática. Dessa forma, alguns indivíduos escondem os sentimentos e utilizam medicamentos como uma saída mais fácil para lidar com o enfrentamento do luto (SCAVACINI, 2018a; OLIVEIRA; FARIA, 2019).

Portanto, os sofrimentos e as dificuldades que são enfrentadas pelas famílias sobreviventes, não podem ser deixadas de lado, pois todo o luto precisa ser olhado com acolhimento e cuidado, visto que os sobreviventes muitas vezes não se sentem fortes o bastante para dar continuidade a vida (GURGEL; CARVALHO, 2019).

4.2 A importância da posvenção e seu funcionamento no Brasil

A posvenção refere-se a qualquer movimento, depois de um suicídio, que proporciona intervenções de suporte ao enlutando, possibilitando a prevenção de outro ato ou tentativa de suicídio. Sendo assim, trata-se de um componente importante para o cuidado dessas pessoas (FUKUMITSU, et al., 2015; SILVA, 2018).

Posto isso, é importante que ocorram estratégias de posvenção, pois a partir daí ocorrerá a observação dos comportamentos, a forma de viver que muitas vezes está atrelada às mudanças de humor, à falta de vontade em estar em contato e interação social, além da presença de autolesões e o risco de suicídio (SUNDE; PAQUELEQUE, 2021). Dessa forma, essas ações se tornam um trabalho de prevenção, pois um dos fatores de risco ao suicídio é a perda de alguém próximo (OLIVEIRA; FARIA, 2019).

Vale ressaltar que os sobreviventes podem vivenciar a lida e o atravessamento do luto, com ou sem ajuda de profissionais, mas é relevante dizer, que a posvenção, ou seja, ações de apoio e assistência aos impactados pelo suicídio, trata-se de um instrumento mundial, que é considerado como uma peça

chave para o ajuste da saúde mental dessas pessoas (SCAVACINI, 2018a). Apesar de ainda não ser uma temática muito discutida no Brasil, há algumas políticas de posvenção no país (SILVA; TEIXEIRA, 2021).

Oliveira e Faria (2019), mencionam que grande parte dos trabalhos de posvenção realizados no Brasil são desempenhados por organizações não governamentais, ou seja, há uma escassez de trabalhos nesse campo quando se refere às políticas públicas de saúde, inclusive, a saúde mental. Portanto, é necessário que haja uma politização e conscientização acerca dos aspectos relacionados ao suicídio a nível público e profissional (FUKUMITSU, et al., 2015).

A posvenção, termo criado pelo suicidologista Edwin Shneidman, foi inserido no Brasil em 2011, por meio da dissertação de mestrado de Karen Scavacini (SCAVACINI, et al., 2020). Para Scavacini (2011), no contexto de perda por suicídio, há chances de que o sobrevivente desenvolva o luto traumático e complicado. Portanto, serviços de posvenção são fundamentais, pois contribuem para a redução de aspectos negativos do luto e, conseqüentemente, reduzem alguns fatores de risco. Dessa forma, deve-se incluir a posvenção nas estratégias de prevenção do suicídio.

Em 2013, foi criado por Karen Scavacini, o Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio, com diversas propostas de atuação, entre elas um espaço de atendimentos, pesquisa e ensino, além de proporcionar a prevenção e a posvenção através da disseminação de informações, conscientização, suporte e tratamento. Um dos objetivos do instituto é qualificar profissionais de saúde para manejo de crises suicidas, além de expandir programas de prevenção e posvenção, em espaços como escolas, hospitais, empresas e universidades. Dessa forma, esse instituto possui a missão de amenizar o sofrimento de pessoas que apresentam comportamentos suicidas e luto por suicídio, através do apoio psicológico e psiquiátrico (SCAVACINI, 2018b).

Esse instituto também criou os grupos de apoio aos enlutados, que teve início em 2014, mas foi a partir de 2016 que os sobreviventes de tentativas, começaram a frequentá-lo de forma constante (SCAVACINI et al., 2019). Com a pandemia de COVID-19, o instituto realiza encontros virtuais, possibilitando essa rede de conectividade (VITA ALERE, 2017).

Outra instituição engajada em serviços de posvenção no Brasil, é “O Centro de Valorização da Vida - CVV”, criado em 1962 em São Paulo. O CVV se dispõe de forma voluntária e gratuita, a fornecer suporte emocional aos sobreviventes, além de ações de prevenção do suicídio (CVV, 2017a). Através do CVV Comunidade, são disponibilizados, os grupos de Apoio aos Sobrevivente de Suicídio (GASS), destinados tanto para quando o suicídio é consumado, quanto para quando ocorre tentativas (CVV, 2017b). O CVV, também criou o grupo de apoio aos sobreviventes do suicídio anônimo (GASSA), em São Paulo, que se trata de um espaço de apoio emocional, de forma sigilosa e gratuita (VITA ALERE, 2017).

Segundo Kreuz e Antoniassi (2020), os grupos de apoio são meios essenciais de suporte emocional, onde há a validação, o compartilhamento e o acolhimento ao sofrimento dos sobreviventes. Sendo assim, é o lugar de escuta a um assunto marcado pelo tabu, que muitas vezes não é falado, por se tratar de algo repulsivo para a sociedade e até mesmo para o próprio sujeito. Nota-se que, no grupo, as

experiências emocionais são visualizadas como possíveis e aceitáveis, já que de certa forma, todos se reconhecem na história traumática de uma perda. Portanto, o grupo de apoio propicia a elaboração do sentido da perda, que resulta em um caminho de ressignificação.

Ainda segundo as autoras acima, esse espaço acolhe cada sujeito em sua dor que é única, mas ao mesmo tempo, agrupa uma dor que é coletiva pelo contexto do luto. O movimento de escuta e de falas dentro do grupo, provoca a identificação de sentimentos parecidos e a noção de que eles podem ser expressos. Sendo assim, ocorre entre os sobreviventes um laço sem julgamento, de segurança e empatia.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) institui políticas de posvenção e também de prevenção ao suicídio, portanto o cuidado e a atenção às famílias de usuários são um dos serviços de prevenção e posvenção mais usado nesse centro. O CAPS se dispõe a incluir a família de forma ativa no tratamento do usuário, fornecendo escuta, acolhimento e informações através de Grupos de apoio compostos por familiares dos usuários. Sendo assim, ao mesmo tempo que a família exerce um apoio na restauração da saúde mental do indivíduo, também usufrui de informações e acolhimento ao seu sofrimento, como forma de promoção a saúde mental, uma vez que são afetados pelo peso da violência do suicídio e estão fragilizadas emocionalmente (MULLER; PEREIRA; ZANON, 2017).

No estudo realizado pelas autoras citadas anteriormente, foi possível verificar a relevância das políticas públicas frente a esse problema de saúde pública, que é o suicídio. Deve-se investir na qualificação dos profissionais de saúde e, portanto, em propagações de informações sobre práticas de prevenção e posvenção para a população, a fim de que esse assunto seja mais discutido e desse modo, menos casos de suicídio aconteçam. Além disso, os profissionais que trabalham nesses casos, necessitam e devem ser acompanhados por serviços psicológicos para que suas funções sejam realizadas com êxito.

4.3 Profissionais de saúde em ações de posvenção

Os profissionais de saúde são fundamentais para as ações de minimização do impacto e sofrimento provocado pelo suicídio. Esses profissionais devem se preparar para oferecer apoio a familiares e amigos sobreviventes, considerando as necessidades de cada um e, assim, devem proporcionar um ambiente adequado para promover um atendimento satisfatório, através da escuta empática, possibilitando que o indivíduo apresente suas queixas emocionais e se sinta compreendido (BOTEGA, 2015).

Segundo Fukumitsu e Kovács (2015), o profissional de psicologia atua como um facilitador no processo que o enlutado enfrenta para se recompor após a morte de alguém querido. Dessa maneira, eles são necessários em mediar os sobreviventes a uma reconciliação com a vida (OLIVEIRA; FARIA, 2019). Esses profissionais podem contribuir com suas competências, utilizando diferentes modalidades, como: atendimentos psicoterapêuticos individuais ou grupais, atividades psicoeducativas, a oferta de

cursos que ajudem os profissionais a lidar com situações de crises e também os grupos de apoio aos enlutados (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2015).

É interessante que se busque por diversas alternativas de modalidades, para aplicar a posvenção e, portanto, acolher o sofrimento do sobrevivente em um momento de crise. Uma modalidade que poderia ser relacionada com a posvenção e utilizada pelos psicólogos é o Plantão psicológico (SILVA, 2018). O plantão psicológico se trata de um atendimento breve e urgente, no momento da necessidade do indivíduo (GOMES, 2008). Utilizar essa ferramenta amplia o acesso a serviços psicológicos gratuitos, já que os plantões em sua maioria são nesse formato, dessa forma, favorece aos sobreviventes esse espaço de cuidado com profissionais. Além disso, o plantão psicológico, apesar de ser um único atendimento, propicia uma escuta que considera os limites necessários para o sobrevivente que fica diante das recordações e conteúdos relacionados às vivências dolorosas. (SILVA, 2018).

Para a atuação do psicólogo no trabalho de posvenção, é importante que se tenha uma perspectiva multifatorial, percebendo e respeitando a singularidade de cada enlutado, facilitando o enfrentamento do processo de luto e as adversidades que este pode causar. Caso note que a demanda não está sendo suprida apenas com a psicologia, é imprescindível o apoio da rede multidisciplinar e interdisciplinar (SILVA; TEIXEIRA, 2021).

É notório que os profissionais de saúde precisam ter um compromisso maior na temática do suicídio, aprimorando as reflexões sobre os mecanismos de enfrentamento a serem utilizados no acolhimento ao luto dos sobreviventes. Vale destacar o quanto é importante que esse tema seja inserido na formação de psicólogos e outros profissionais de saúde, pois no Brasil apesar da grande incidência de mortes por suicídio e, conseqüentemente, inúmeras pessoas vivenciando esse tipo de luto, a posvenção ainda não é um termo bem conhecido. Dessa forma, é preciso que se tenha uma divulgação maior, para que com esse conhecimento sejam criados serviços direcionados a essas pessoas que estão em intenso sofrimento (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2016).

Em um estudo encontrado sobre o conhecimento necessário para o manejo com a morte, percebeu-se que dentre dezoito profissionais de saúde apenas nove tinham fundamentos e base técnica para comunicação de más notícias, sobre luto e luto antecipatório, sobre as reações diante de perdas e uma visão em relação a finitude (FERREIRA, et al., 2013). Esses conhecimentos são imprescindíveis para a atuação do profissional de saúde, visto que em um certo momento pode receber demandas como essas e também se tornar um sobrevivente de suicídio. Vivenciar a perda por suicídio de um paciente, repercute no psicoterapeuta a sensação de impotência e fracasso, pois antes desse fato acontecer entende que tem o poder de garantir a vida do cliente a todo custo. No entanto, o profissional deve revelar sua potência, ou seja, pensar que cada sujeito deve assumir suas responsabilidades existenciais e que seu papel é encorajar o cliente na busca de uma existência com sentido (FUKUMITSU, 2014).

Segundo Ruckert et al. (2019), é preciso que haja estudos para ajudar a guiar os profissionais que trabalham com os sobreviventes e também no que se refere às providências após o suicídio do

paciente, pois existe um plano nacional de prevenção de novos casos, porém não há orientações da postura e atitudes que devem ser tomadas após a morte desse indivíduo. As diretrizes existentes não englobam os critérios da posvenção, deste modo, estão incompletas, ademais, é notório e vale enfatizar novamente, que nesse país onde há alto índice de suicídio, conseqüentemente há um aumento de sobreviventes e profissionais que precisam de orientação, pois as pesquisas existentes são insuficientes o que indica a precisão de que novos estudos sejam realizados sobre a posvenção.

O que se percebe é que há uma escassez de estudos referente a intervenções de posvenção e, com isso, as informações de como se dar o manejo adequado frente as demandas relacionadas ao luto por suicídio são rasas e insuficientes nas literaturas (BETTI, 2020). Além desse fator, há poucas ou nenhuma política de posvenção espalhadas nos estados do Brasil, e isso se torna um indicativo do quanto é extremamente preciso que essas políticas sejam discutidas e criadas, pois há um aumento de casos de suicídio no Brasil, que proporciona um fator de risco para que novos suicídios aconteçam com as pessoas que são impactadas pela perda, fazendo com que esse problema se torne muito maior ao decorrer dos anos (SILVA; TEIXEIRA, 2021).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2021, realizou uma pesquisa sobre a atuação do psicólogo em situações de suicídio, com intuito de elaborar um documento de orientação para o exercício profissional. Apesar de ainda não ter sido divulgado o resultado, nota-se o interesse do órgão em qualificar e orientar os psicólogos que trabalham com vítimas, familiares e políticas públicas que se deparam com esses casos. (OLIVEIRA et al., 2021) Segundo Silva (2013), há poucas disciplinas na graduação de psicologia sobre o suicídio, o que de certa forma atrasa o conhecimento do fenômeno, impossibilitando uma preparação antes mesmo da formação.

De acordo com Cornejo (2018), a falta de conhecimento sobre o luto por suicídio é muito presente por toda a sociedade. Logo, se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas no contexto da posvenção, pois é importante amplificar a rede de apoio aos sobreviventes, com profissionais capacitados e éticos para trabalhar com essa demanda e oferecer um suporte ao enlutado por suicídio. É importante levar em consideração que a atuação do psicólogo deve se basear nos princípios fundamentais inclusos no código de ética profissional do psicólogo, o qual preconiza que “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p.7), função que deve estar também associada ao combate ao suicídio. Isso quer dizer que a atuação do psicólogo, nas tarefas de posvenção, é extremamente necessária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O despertar para que houvesse a concretização dessa pesquisa se deu por meio da participação em um curso Online e gratuito sobre a prevenção e posvenção do suicídio. Primeiramente, houve

surpresa diante da palavra “posvenção”, pois era algo novo ao nosso conhecimento, logo se instaurou um encantamento pelas propostas abordadas, pois já tínhamos a noção do quanto o suicídio é impactante, mesmo quando não acontece com alguém tão próximo, mas não havíamos pensado sobre a vivência de luto diante dessa morte.

Percebemos, a partir daí, o quanto há um déficit na formação acadêmica de psicólogos no Brasil, pois poucas são as disciplinas na grade curricular relacionadas à morte, suicídio e luto. Se nunca houve um debate sobre a posvenção na nossa Universidade, muito provavelmente que outros estudantes também não tiveram a oportunidade de entrar em contato com esse tema. Posto isso, a presente pesquisa buscou viabilizar esses conhecimentos dentro da academia, para que os futuros profissionais de saúde tenham uma formação mais completa, e que favoreça o despertar para a busca de mais conhecimentos. É relevante abordar que, ainda que alguns profissionais de psicologia não queiram se especializar na área da tanatologia, é inevitável que demandas como a do luto por suicídio apareçam na clínica ou em outra área de trabalho.

Ao longo das pesquisas, nos sentimos cada vez mais mobilizadas para realmente nos dedicarmos e compartilharmos conhecimentos acerca do tema. Sabe-se que um dos empecilhos para que esse assunto seja discutido, é o tabu enraizado na sociedade ao passar dos anos. Esse fato propicia um prejuízo tanto na disseminação de informações relevantes sobre o assunto, quanto na forma de vivenciar o processo de luto pelos sobreviventes. O que estamos fazendo ao produzir esse trabalho, é a desconstrução gradual do estigma relacionado ao luto por suicídio.

Uma questão levantada por nós, durante a pesquisa, é se de fato o luto por suicídio se diferencia dos outros. Obviamente, não devemos minimizar nenhum tipo de luto, mas em meio a um problema de saúde pública que é o suicídio, é extremamente importante que tenhamos um olhar mais apurado, mais cuidadoso e humano diante de todo o contexto onde cada suicídio acontece. Dessa forma, sabemos o quanto foi interessante explorar esse assunto, para entender o funcionamento desse tipo de luto. Através das pesquisas, notamos que o luto por suicídio possui especificidades que aumentam a chances de um adoecimento se instaurar nesses sobreviventes, ou seja, realmente é um processo diferente que, se não acolhido, pode gerar danos maiores à vivência dessas pessoas.

Entender sobre o suicídio, o processo de luto e suas especificidades, faz com que tenhamos mais empatia pelas histórias dos sobreviventes, carregadas de dor, de culpa, de questionamentos e de outros tantos sentimentos ambivalentes. Portanto, nos colocamos em uma posição de reflexão acerca da nossa prática profissional, que tanto se propõe a cuidar e zelar pelo bem estar dos outros, mas em contrapartida, como percebido durante a pesquisa, ainda não se tem um compromisso tão grande quando nos referimos ao luto do sobrevivente e a construção de tarefas de posvenção.

Um fato que deve ser mencionado, é a escassez das pesquisas científicas referente ao luto do sobrevivente e a posvenção, visto que elas são relevantes para que tenhamos bases concretas que facilitem o entendimento da temática, além de possibilitar que, enquanto profissionais de saúde,

tenhamos um sustento científico que assegure uma prática mais condizente com o fenômeno. O que se percebe é que as literaturas não trazem uma abrangência sobre as estratégias e manejos adequados, que devem ser realizados no trabalho de posvenção. Além de que, os estudantes ou profissionais de psicologia pouco escrevem sobre o tema, cedendo espaço para que outros profissionais de saúde abordem o que na verdade eles deveriam ter propriedade e local de fala.

A presente pesquisa, além de servir como um agente de comunicação para os profissionais de saúde, também está direcionada a população em geral, visando contribuir de alguma maneira com a conscientização dessas pessoas, para que os estigmas, julgamentos e preconceitos relacionados ao suicídio sejam rompidos dessa sociedade. Também, caso os enlutados sobreviventes tenham acesso à essa pesquisa, propiciará a estes, a busca pelo suporte adequado, pois alguns institutos e propostas de posvenção ofertadas por eles estão aqui expostos.

Desejamos que nossa pesquisa feita com tanta dedicação, saia do papel e seja transformada em prática. Queremos fazer valer a nossa função enquanto psicólogas, buscando por especializações, abrindo espaços dedicados ao cuidado desses enlutados, tanto na clínica em um trabalho individual, quanto por meio de grupos de apoio.

Ao fazer uma análise dos artigos encontrados, percebemos que o suicídio é um assunto importante principalmente na saúde pública, onde às ações são mais direcionadas para a prevenção. Dessa forma, há uma escassez de artigos que descreva a posvenção do suicídio e suas estratégias na atenção básica de saúde, visto que é uma tarefa necessária para ofertar uma escuta atenta, por meio de um espaço que possa auxiliar o sobrevivente na sua elaboração de luto, prevenindo sofrimentos futuros.

Através do estudo, percebemos a necessidade de cada vez mais, conscientizar a sociedade sobre a posvenção, que tem como função acolher, entender e respeitar o processo de luto que o sobrevivente está vivenciando, visto que, o medo, a culpa, a vergonha, os questionamentos e a não aceitação geram um sofrimento que provoca riscos, como transtornos mentais ou até mesmo pensamentos suicidas. Portanto, cabe enfatizar sobre a relevância da capacitação emocional dos profissionais de saúde para lidar com a situação e oferecer um acolhimento, uma informação que possa amenizar o sofrimento, a angústia e melhorar a saúde mental do sobrevivente, mesmo diante da dor, já que muitos familiares se sentem desamparados por não encontrar um suporte profissional.

Por meio da literatura encontrada, ficou evidente que o suicídio está presente no nosso dia-dia há muito tempo e está em todas as culturas, mesmo assim, não existem programas governamentais para dar um suporte de qualidade aos sobreviventes, que vivenciam a dor da perda por um longo período de tempo, isso gera uma sobrecarga muito grande nos profissionais de saúde que acompanha esses enlutados.

Podemos concluir que os objetivos da pesquisa foram alcançados, visto que exploramos sobre as especificidades presentes no processo de luto por suicídio e sobre como a posvenção é necessária para a ressignificação desse luto. Além disso, relatamos sobre o papel dos profissionais de saúde em

ações de posvenção, dando ênfase aos psicólogos, apesar de ser um assunto pouco abordado nas literaturas.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.
- ANTONIASSI, R. P. N.; RODACOSKI, G. C.; FIGE, F. C. Propostas de ações do comitê de prevenção e posvenção do suicídio em uma Secretaria Municipal de Saúde. *Rev. Saúde Pública, Paraná*, v. 2, p. 11-25, jul. 2019. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/238/25954482-2019v2supl2p11> Acesso em: 28 Mar. 2022
- BETTI, Estéfani. Prevenção e posvenção do suicídio: Cuidados que os serviços de saúde oferecem aos enlutados por suicídio. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em psicologia) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2872/1/Est%C3%A9fani%20Kerolin%20Betti.pdf> Acesso em: 17 Mai. 2022.
- BOTEGA, N. J. Crise suicida: Avaliação e manejo. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BRUM, C. N. et al. Revisão Narrativa da Literatura: aspectos culturais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In: Lacerda, M. R., & Costenaro, R.G. S (org.). *Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde*. 1ª ed. Porto Alegre: Moriá, p. 123-142, 2015.
- CÂNDIDO, A. M. O enlutamento por suicídio: elementos de compreensão clínica da perda. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. 2011_ArturMamedCandido.pdf (unb.br) Acesso em: 18 Mai. 2022.
- CASSORLA, R. M. S. Suicídio: Fatores Inconscientes e Aspectos Socioculturais: uma introdução. São Paulo: Editora Blucher, 2017.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. O CVV. 2017a. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/o-cvv/>. Acesso em: 11 Mai. 2022.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV). CVV Comunidade. 2017b. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/cvv-comunidade/>. Acesso em: 11 Mai. 2022.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. Falando abertamente sobre suicídio. 2017c. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Cartilha-Falando-Abertamente-2020-vers%C3%A3o-impress%C3%A3o-A4.pdf>. Acesso em: 23 Mai. 2022.
- CESCON, L. F. Sobre o que tenho aprendido com sobreviventes enlutados. In: SCAVACINI, K. *Histórias de Sobreviventes do Suicídio*. São Paulo: Benjamin, 2019. V. 2, p. 57-60. Disponível em: https://vitaalere.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Ebook_Histo%CC%81rias-de-sobreviventes-do-suici%CC%81dio-2_Karen-Scavacini.pdf. Acesso em: 29 Abr. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Código de Ética Profissional. Resolução Nº 010/05. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 18 Mai. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. O suicídio e os desafios para a psicologia. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em: 06 Mai. 2022.
- COOK, F.; JORDAN, J. R.; MOYER, K. Responding to grief, trauma, and distress after a suicide: survivors of suicide loss task force: US national guidelines, 2015. Disponível em: <https://sprc.org/>. Acesso em: 23 Mai. 2022.
- CORNEJO, E. R. Luto por suicídio: a jornada dos sobreviventes. In: SCAVACINI, K. *Histórias de Sobreviventes do Suicídio*. São Paulo: Benjamin, 2018. V. 1, p. 61-68. Disponível em: https://vitaalere.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Ebook_Historias-de-sobreviventes.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2022.
- DANTAS, Eder Samuel Oliveira. Fukumitsu KO. Sobreviventes enlutados por suicídio: cuidados e intervenções. *Ciência & Saúde coletiva*. v. 26, n. 02, Fev. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZPBkx6xNHqFW7zLqkTBhNgb/?lang=pt>. Acesso em: 04 Mai. 2022.
- DE FEIJOO, A. M. L. C. Situações de suicídio: Atuação do psicólogo junto a pais enlutados. *Psicologia em estudos*. Rio de Janeiro, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/qxhP9NhBk9wQcJPnjkgCZJq/>. Acesso em: 29 Mar. 2022
- DUTRA, K.; PREIS, L.C.; CAETANO, J.; SANTOS, J. L.G.; LESSA, G. Vivenciando o suicídio na família: do luto à busca pela superação. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Santa Catarina, v. 71, p. 2274- 2281, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/JhkjkrN5nqtscy4YdGZFYVq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 Mar. 2022.
- FERRACIOLI, N. G. M.; OLIVEIRA, W. A.; CARDOSO, E. A. O.; CORRADI-WEBSTER, C. M.; RISK, E. N.; SANTOS, M. A. Comportamento suicida: O paradoxo vida e morte em meio à pandemia de covid-19. *Estudos interdisciplinares em psicologia*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 75-98, ago. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/41268/30452>. Acesso em: 26 Mar. 2022.

- FERREIRA, R. A.; LIRA, N. D. P. M.; SIQUEIRA, A. L. N.; QUEIROZ, E. Percepções de psicólogos da saúde em relação aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes diante da morte. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 65-75, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100005. Acesso em: 13 Mai. 2022.
- FUKUMITSU, K. O. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 270-275, Set/Dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/dn4bjQ5DWvmVx5RkWH6HS7w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 Mai. 22.
- FUKUMITSU, K. O.; KOVÁCS, M. J. O luto por suicídios: uma tarefa da posvenção. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador-Bahia, v. 02, p. 41-47, Jul./ Dez. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47869689-O-luto-por-suicidios-uma-tarefa-da-posvencao.html>. Acesso em: 13 Mai. 2022.
- FUKUMITSU, K. O.; ABILIO, C. C. C.; LIMA, C. F. S.; GENNARI, D. M.; PELLEGRINO, J. P.; PEREIRA, T. L. Posvenção: uma nova perspectiva para o suicídio. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador- Bahia, v.2, p. 48-60, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322792019_Posvencao_uma_nova_perspectiva_para_o_suicidio_Postvention_a_new_perspective_for_a_suicide. Acesso em: 01 Mai. 2022.
- FUKUMITSU, K. O.; KOVÁCS, M. J. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. *Psico*. Porto alegre, v. 47, n. 01, p. 3-12, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.1.19651>. Acesso em: 01 Mai. 2022.
- GOMES, Fernanda Maria Donato. Plantão psicológico: novas possibilidades em saúde mental. *Revista da SPAGESP*. Ribeirão Preto, v.9, p. 49-56, Jan./Jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v9n1/v9n1a07.pdf> Acesso em: 13 Mai. 2022.
- GURGEL, G. A.; CARVALHO, D. B. Cuidado à família enlutada: Uma ação pública necessária. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 122, p. 805-818, Jul./ Set. 2019. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2019.v43n122/805-818/>. Acesso em: 06 Mai. 2022.
- KREUZ, G.; ANTONIASSI, P. P. N. Grupo de apoio para sobreviventes do suicídio. *Psicologia em estudo*. Maringá, v. 25, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NxmPb6PdVV8svwSFNP8ryqB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 Mar. 2022.
- MULLER, S. D. A. M.; PEREIRA, G.; ZANON, R. B. Estratégias de prevenção e pósvenção do suicídio: Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, v. 9, p. 6-23, Jul/Dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v9n2/02.pdf>. Acesso em: 06 Abr. 2022.
- OLIVEIRA, J. V. B.; AMORIM, L.; JACINTO, P. M. D. S. Revisão integrativa de literatura sobre suicídio: Repercussões nas famílias e atuação dos profissionais de saúde. *Boletim de conjuntura (BOCA)*, Boa vista, v. 7, n. 21, p. 103-116, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5525086>. Acesso em: 09 Mai. 2022.
- OLIVEIRA, L. M.; FARIA, H. M. C. O impacto Psicossocial do suicídio nos familiares sobreviventes. *Cadernos de Psicologia*, Juiz de Fora, v.1, n. 2, p. 536-555, Ago./Dez. 2019. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/download/2508/1641>. Acesso em 07 Mai. 2022.
- ROCHA, P. G.; LIMA, D. M. A. Suicídio: Peculiaridades do luto das famílias sobreviventes e a atuação do psicólogo. *Rev. Psicologia Clínica, Luto e Suicídio: atuação do psicólogo*, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p. 323 – 344, mai-ago/2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 23 Mar. 2022
- RUCKERT, M. L. T.; FRIZZO, R. P.; RIGOLI, M. M. Suicídio: a importância de novos estudos de posvenção no Brasil. *Revista brasileira de terapias cognitivas*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 85-91, jul. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v15n2/v15n2a02.pdf>. Acesso em: 22 Mar. 2022
- SCAVACINI, K.; CORNEJO, E. R.; CESCÓN, L. F. Grupo de apoio aos enlutados por suicídio: Uma experiência de posvenção e suporte social. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v.4, p. 201-214, jan./jun. 2019. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i7.201-214>. Acesso em: 14 Mai. 2022.
- SCAVACINI, K.; CORNEJO, E. R.; CESCÓN, L. F.; GUEDES, I.; CACCIACARRO, F.; MOTOYAMA, E. P. Posvenção: orientações para o cuidado ao luto por suicídio. Instituto Vita Alere de prevenção e posvenção do suicídio, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Cartilha-Posvencao-e-Cuidado-ao-Luto-por-Suicidio-Vita-Alere.pdf>. Acesso em: 22 Mar. 2022.
- SCAVACINI, Karen (Org.). Histórias de sobreviventes do suicídio. São Paulo: Instituto Vita Alere, Benjamin Editorial, 2018b. Disponível em: https://vitaalere.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Ebook_Historias-de-sobreviventes.pdf. Acesso em: 01 Mai. 2022.
- SCAVACINI, Karen. Como falar de forma segura sobre suicídio. Instituto Vita Alere de prevenção e posvenção do suicídio, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/wp-content/uploads/2019/09/425263625-Como-Falar-de-Forma-Segura-Sobre-Suicidio.pdf>. Acesso em: 16 Mai. 2022.
- SCAVACINI, Karen. O suicídio é um problema de todos: a consciência, a competência e o diálogo na prevenção e posvenção do suicídio. 2018a. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-26102018-155834/publico/scavacini_do.pdf. Acesso em: 13 Mai. 2022.
- SCAVACINI, Karen. Suicide survivors support services and postvention activities: The availability of services and an interventions plan in Brazil. 2011. Tese de Doutorado. Dissertation (Master Program in Public Health). Department of Public Health Sciences, Karolinska Institutet, Stockholm, 2011. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/download/suicide-survivors-support-services-and-postvention-activities.pdf>. Acesso em: 15 Abr. 2022.

- SERRA, A. P. E.; FREITAS, J. L. Luto materno no suicídio: a impotência e o desamparo frente às (im)possibilidades. Revista Nufen: Phenom. Interd. Belém, v. 12, n. 3, p. 19-37, set-dez., 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v12n3/a03.pdf>. Acesso em: 03 Abr. 2022.
- SILVA, Letícia Aparecida Santos da; TEIXEIRA, Thales Souza. O LUTO DO SOBREVIVENTE: Contribuições da atuação do psicólogo com enlutados por suicídio. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14129/9/TCC%20Let%20C3%ADcia%20Aparecida%20Santos%20da%20Silva%20e%20Thales%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 11 Mai. 2022.
- SILVA, Lúcia Cecília da. Suicídio: o luto dos sobreviventes. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Suicídio e os desafios para a psicologia. Brasília: CFP, p. 45 – 58. ou p. 61, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em: 14 Mai. 2022.
- SILVA, Mariana do Nascimento. Psicologia e Pós-venção ao suicídio em São Luís - MA. Monografia. (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jsui/bitstream/123456789/3088/1/MARIANA-SILVA.pdf>. Acesso em: 04 Abr. 2022.
- SUNDE, R. M.; PAQUELEQUE, D. M. A.; Prevenção e pós-venção do suicídio: Relatos de parentes de pessoas que morreram por suicídio. Revista psicologia e saúde em debate. v. 7, n. 1, p. 1-14, jan. 2021. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/713>. Acesso em: 03 Mai. 2022.
- VITA ALERE. Grupo de sobreviventes. 2017. Disponível em: <https://vitaalere.com.br/sobre-o-suicidio/posvencao/grupo-de-sobreviventes/> Acesso em: 27 Abr. 2022.
- World Health Organization. Suicide. World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 03 Abr. 2022.

Recebido em: 28 de janeiro de 2023
Avaliado em: 06 de fevereiro de 2023
Aceito em: 10 de junho de 2023

- ¹ E-mail: rayaneribeiropsicologia@gmail.com
² E-mail: mairaellen96@gmail.com
³ E-mail: jacqueline.caldeira@souunit.com.br

A FEMINILIDADE DURANTE O ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

FEMININITY DURING AGING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Ana Alícia Ivo Martins de Sá¹

Lucimary Bezerra F. A. Serapião²

RESUMO: A feminilidade durante o envelhecimento, traz uma discussão relevante atualmente, em vista de compreender e reforçar a importância da mulher e tudo que é atribuído às questões relacionadas ao seu gênero, o que lhe afeta à subjetividade e à sua forma de viver em sociedade. O objetivo deste estudo é investigar, entender e analisar os artigos que discutem essa temática, a partir de uma revisão sistemática de literatura, através dos bancos de dados, Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódico CAPES, PePSIC e Bvs-Psi, observando o ano de publicação do artigo, qual a abordagem discutida no texto e sua metodologia. Os resultados foram organizados nas categorias: corpo idoso e feminilidade; feminilidade de etnias; visão social sobre a feminilidade; aspectos do envelhecimento que causam sofrimentos psíquicos e físicos. Obteve-se uma crescente publicação de artigos sobre esse conteúdo, sendo notada como prevalência entre os textos coletados, as referências sobre o climatério e autoestima durante o envelhecimento. Ressalta-se que, apesar da crescente quantidade de publicação sobre o tema, é importante tratar sobre demais âmbitos da feminilidade da mulher durante essa fase da vida.

Palavras-chave: Feminilidade; Envelhecimento feminino; Psicologia.

ABSTRACT: Femininity during aging brings a relevant discussion today, in order to understand and reinforce the importance of women and everything that is attributed to issues related to their gender, which affects their subjectivity and their way of living in society. The aim of this study is to investigate, understand and analyze the articles that discuss this theme, from a systematic literature review, through the databases, Scielo, Academic Google, CAPES Journal Portal, PePSIC and Bvs-Psi, observing the year of publication of the article, the approach discussed in the text and its methodology. The results were organized into the categories: elderly body and femininity; femininity of ethnicities; social vision of femininity; aspects of aging that cause psychic and physical suffering. There was a growing publication of articles on this content, being noted as a prevalence among the collected texts, references on the climacteric and self-esteem during aging. It is noteworthy that, despite the growing number of publications on the subject, it is important to address other areas of women's femininity during this phase of life.

Keywords: Femininity; Female aging; Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao crescente número de idosos, que de acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), feito em 2017, essa população chega a 30,2 milhões e sua maior parte é representada por mulheres; observa-se um aumento nas pesquisas relacionadas ao envelhecimento, sobre a importância de entender e analisar as publicações acadêmicas e refletir sobre esses estudos e sua relevância no que se diz respeito à mudança cultural que se reflete nessa subjetividade e no olhar voltado à mulher na sua fase de senescência, além de os aspectos da sua

feminilidade, pois para chegar na fase do envelhecimento, o sujeito traz consigo uma grande bagagem de experiências. Essas, constituem a sua subjetividade, o que proporciona vivenciar seu envelhecimento de forma heterogênea.

Assim como o conceito de vida e valores se modificam com o tempo, o do idoso neutralizado a uma vida simples e com poucos desejos e expectativa de vida, também se altera. Outro aspecto a ser notado é sobre as mudanças sociais que interferem nessa relação entre o feminino e o envelhecimento, mostrando que existe um grande tabu a respeito disso.

O corpo feminino sempre foi alvo de críticas e imposições de padrões, dos quais deveriam ser seguido, voltando-se para o desvalor da mulher, sendo sempre posta ao estado de submissão ao homem (COLLING, 2015). Consequentemente, o envelhecimento da mulher é visto, culturalmente, de tal forma a neutralizar sua feminilidade. Portanto, a partir desse olhar, pode-se analisar e observar o que tem sido escrito para um melhor entendimento do assunto.

Psicologia do desenvolvimento

O envelhecimento é uma fase cheia de mudanças na vida do ser humano, que afetam no meio biológico, psicológico e social. Essas, são alcançadas por meio do desenvolvimento da pessoa em suas fases da vida e a senescência é a fase final desse processo. É justamente por esse enfoque, que aspectos sociais interferem na forma como a sociedade vê e vivencia o envelhecimento.

Em ênfase a uma perspectiva dessa afirmativa destaca-se que:

A flexibilidade nas trajetórias de desenvolvimento e envelhecimento revelada pelas mudanças socioculturais ocorridas nos últimos 60 anos foi importante fonte de inspiração para a construção de novos paradigmas e de novas teorias, que refletem o espírito do tempo em que se originaram e testemunham a natureza acumulativa do conhecimento científico. Todavia, apesar dessas situações, a sociedade vem se modificando para traçar novos meios de tratar e manter uma qualidade de vida eficaz, para as pessoas na terceira idade. Mobilizando desde os tratamentos de saúde até o meio econômico através da previdência social. (MALLOY-DINIZ; FUENTES; COENZA, 2013, p.23).

Por tanto, essa ideia traz a perspectiva da forma de vivência e das transformações sociais que ocorreram neste período, mas que ainda tem possibilidades de transformações futuras que favoreçam para uma melhor qualidade de vida da pessoa idosa. Uma dessas prerrogativas está entre a inter-relação com os estudos que dão base para o tratamento e entendimento do psicológico do idoso, através da psicologia do desenvolvimento.

Alguns teóricos da Psicologia, descreveram aspectos psicossociais que são comuns durante a fase do desenvolvimento da vida humana, tendo em vista que cada uma delas, experiencia a vida de forma diferente, cada etapa contribui para a construção da sua subjetividade. Para demonstrar essa diferenciação a pesquisadora Bühler (1935 apud. MALLOY-DINIZ; FUENTES; COENZA, 2013 p.24) destaca que “o desenvolvimento não é um processo linear, mas apresenta uma dinâmica que envolve

ganhos e perdas concorrentes, implica constantes recorrências a condições passadas e envolve considerável variabilidade intra e interindividual.”

Para Jung (1971), o desenvolvimento humano é dividido em duas fases. A primeira se baseia nas vivências de adolescência e idade adulta. Na segunda, o adulto ao atingir a meia idade, que se inicia a partir dos 40 anos, passa a seguir um movimento de contração diante das suas conquistas, pois passa a pensar sobre suas vivências e corre pela busca de autoaceitação e autoconhecimento.

Já Erick Erickson (1937), em seus estudos, falava que o desenvolvimento humano ocorria através de estágios, que a cada um, o indivíduo evoluía seus pensamentos em uma compreensão maior sobre a vida. Esses, seriam caracterizados por marcos na sua formação psicossocial, que poderiam ser benéficos, ou não. O último, que se refere ao envelhecimento, é definido como o oitavo estágio do ciclo da vida, sendo denominado como integridade do ego versus desespero. Nesse, o indivíduo vai tender a refletir diante de suas experiências vividas e trazer significados e aceitações para o período que vivência.

Essas reflexões se baseiam nas suas experiências de vida, no seu entendimento e sua aceitação. Por tanto, esse processo em acolhimento pelo seu envelhecimento e pela sua história, sem ideais de arrependimento do que poderia ter vivido durante sua vida, mas um olhar voltado para a aceitação das suas limitações, preparando-se para a morte, vendo-a como algo inevitável que faz parte deste ciclo (ERICSON, 1937 apud. MALLOY-DINIZ; FUENTES; COSENZA, 2013, p.27).

Feminilidade

O feminino é constituído por uma série de aspectos, como, psicológicos, sociais e culturais, que se agregam na subjetividade da mulher durante todo o seu desenvolvimento (BOCLIN, 2003). Freud foi um dos primeiros teóricos a discutir sobre a feminilidade e sexualidade feminina (VERCEZE; CORDEIRO, 2019). Um dos seus primeiros estudos, discute acerca de uma visão inicial de que a criança desse gênero possui inveja do (órgão sexual masculino) falo do homem, mas por não o possuir tem seu foco através do clítoris. Apenas na fase da adolescência, a partir dos impulsos da sociedade, a mulher passa a agir de fato como o seu órgão feminino. (MARQUES, 2004). Sendo assim, na mulher na sua fase adulta, é descrita por Freud através da sexualidade - como tudo que vem a divergir do modelo falocêntrico. Ou seja, tudo que vem a ser contrário do modelo do homem. Essa indução do que é masculino para o que é feminino, sobreposta no que se devem/esperam que cada sexo seja sendo vista até os dias atuais (MARQUES, 2004).

A construção do que é ser mulher e da feminilidade foi desenvolvida envolta deste mundo fálico e do ideal dessa especificidade, construído pelo homem. O feminino em si, sofre por essa especificidade de gênero desde seu nascimento, sendo tal sofrimento, aumentado, durante o seu desenvolvimento. Culturalmente, traz-se a ideia de feminilidade atrelada à beleza, suavidade e por ser alvo do que é ser desejado.

Feminilidade durante o envelhecimento

O envelhecer feminino sob o ponto de vista cultural/social vem se modificando durante os séculos, é um aspecto do qual a mulher, em suas diversas fases da vida, ganha espaços e representações sociais importantes. Um dos maiores precursores dessa conquista é a inserção da mulher no mercado de trabalho. Em consequência, a visão da mulher na fase de envelhecimento adquire força, superação e estabilidade, apresenta a possibilidade de vivenciar essa fase da vida de maneira leve.

Em nossa cultura, a imagem feminina se fez, se desfez e se refez através dos tempos. É hoje resultado desse processo, que não cessa, e só pode ser compreendido dentro de um contexto sociocultural, processo este que influenciou a filosofia, a psicanálise e a medicina. (BOCLIN, 2003, p. 10)

No entanto, o que se pode constatar diante da feminilidade e suas nuances, durante o envelhecimento, é que o aspecto cultural pesa muito à mulher, pois afeta de maneira direta e/ou indireta na sua subjetividade, e sendo interferido de modo positivo e/ou negativo.

Uma das principais razões que enfatiza essa afirmativa, diz respeito aos aspectos estéticos priorizados por uma sociedade que valoriza e define a mulher como um ser que não deve envelhecer, padronizando um tipo de beleza inalcançável, difícil e desgastante (BOCLIN, 2003).

A sua sexualidade, também é abalada. Um dos fatores é o início da menopausa que cria uma concepção errônea sobre a diminuição da libido e a vontade da mulher em manter sua vida sexual ativa. De acordo com Boclin, (2003), o envelhecimento feminino faz parte de um processo cíclico de maturação, passa pelos estágios de puberdade, menarca, maternidade e encerra na menopausa. Essa traz marcas, físicas e psíquicas, pois durante esse processo, acontecem questões de desconhecimento do que se passa em seu próprio corpo.

Outro ponto a ser discutido, diz respeito aos papéis sociais que esta mulher representa nessa fase da vida, pois o envelhecer está atrelado a algo de diminuição de valor diante de prestação de serviços. Boclin (2003) comenta sobre essas representações, como idade social, representada por hábitos desenvolvidos, também sobre a importância e sentido dado pelo indivíduo ao pertencer a determinada cultura ou papel funcional e como são sentidos os tipos de atuações na sociedade. No entanto, a mulher é acometida por um tempo mais curto de valor e representação social, do qual está relacionado à perda de uma aparência jovial.

Com isso, é previsível o dano causado por essa pressão pela busca em especificar o que é feminilidade e em mantê-la durante o envelhecimento, já que todos os aspectos que são construídos para o que é dito como feminilidade se contrapõem às questões biológicas e sociais, durante esta fase da vida.

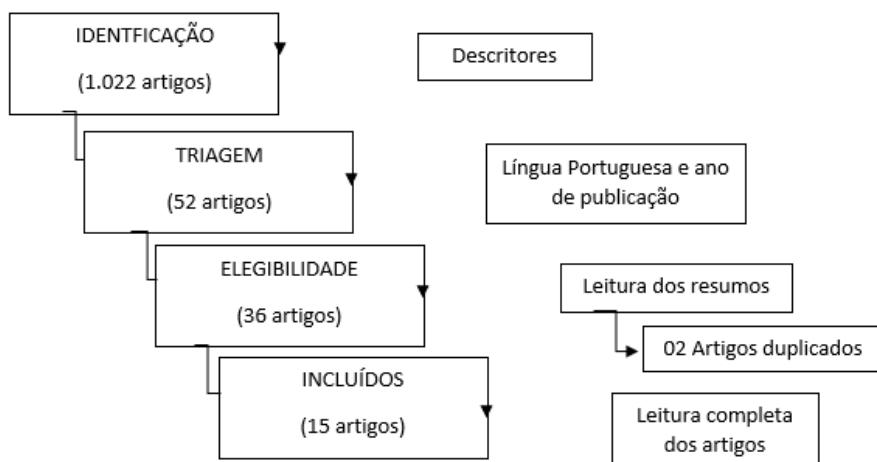
Metodologia

A metodologia empregada foi a revisão sistemática de literatura, sendo ela, integrativa de artigos publicados referidos ao tema. Esse tipo de análise, possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, por auxiliar também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 2002). Caracterizada por uma abordagem qualitativa, que viabiliza “aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação” (GUERRA, 2014 p, 11).

Pesquisou-se na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-PSI); Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Google Acadêmico, exclusivamente, materiais publicados entre os anos de 2016 a 2021, período que subsidiou o estudo. Foram utilizados os seguintes descritores: feminilidade; envelhecimento; feminilidade durante o envelhecimento. Esses descritores foram selecionados e escolhidos porque norteavam o contexto proposto.

Foram selecionados 52 artigos, nos sítios de pesquisa abrangentes aos critérios dos quais abordam sobre a feminilidade da mulher durante o seu envelhecimento, sendo de forma direta ou indireta. A partir da análise dos resumos e resultados, foram descartados 36 artigos por não contemplarem os propósitos da pesquisa, como: ano de publicação, antes do ano de 2016; Idiomas estrangeiros ou estudos voltados somente para o público estrangeiro. Para a seleção dos artigos, foram analisados os que possuíam temas relacionados ao envelhecimento feminino, aspectos voltados a feminilidade durante o envelhecimento e os quesitos de metodologia alcançados, voltados aos eixos das áreas de saúde (física ou psicológica) e dos entendimentos dos estudos da sociologia e antropologia. Após análise e exclusão dos que não cumpriam o objetivo do estudo, restaram 15 artigos para utilização, Scielo (02), PePSIC (03) e Google acadêmico (11), Bvs-Psi (0), Períodos CAPES (0).

Figura 1: Fluxograma das etapas de seleção dos dados



Fonte: autoria própria.

Os artigos científicos assim selecionados e recuperados foram integralmente lidos e analisados. Para a organização dos dados coletados, foi disposto na tabela 1 com os quesitos de: ano da publicação, título e nome do autor, periódico publicado, tipo de estudo (método) dos artigos coletados.

Para um melhor entendimento dos dados coletados, há a disposição da tabela 2. Foram estudados os temas abordados em cada artigo, através dos resultados apresentados nos mesmos. Foi feita a organização de conteúdo de acordo com Bardin, para a categorização dos estudos e a análise dos textos, com a apresentação desses dados dividida em 4 (quatro) temáticas, apresentando o conceito norteador do conteúdo dos acervos e a referência desses. Cada abordagem teve argumentos afins e apresentou uma linha de raciocínio que favoreça uma reflexão sobre o assunto da pesquisa e responder às hipóteses e aos objetivos do estudo. Considerou-se a primeira, referente ao corpo idoso e feminilidade; a segunda, alusiva à feminilidade de etnias; a terceira, à visão social sobre a feminilidade; e a quarta, aos aspectos do envelhecimento que causam sofrimentos.

Resultados e discussão

Com base nas leituras e compilação do material selecionado, foram previstos elementos norteadores dos resultados. Os artigos analisados fazem parte das áreas de estudos da saúde, sociologia e antropologia, publicados no período do ano de 2016 a 2021. As principais formas de avaliação subdivididas em tabelas, contendo na primeira, informações sobre o ano, título e autor, periódico de publicação e métodos. Para orientação e organização do material seguinte, fez-se a disposição por categorias temáticas, através de aspectos gerais que abordam a feminilidade durante o envelhecimento, considerados importantes para a análise e número de artigos que contribuíram para a discussão. Para melhor visualização dos dados, a Tabela 3 reúne cada categoria com os autores que tratam, em seus artigos, os requisitos de cada categoria.

A partir da análise dos dados da tabela 1, foi observado que dentre os anos de publicação dos periódicos, houve uma crescente quantidade a partir do ano de 2020 com 6 materiais e a menor quantidade ocorreu dentre os anos de 2016 a 2018, com apenas, 2 (duas), em cada ano.

Outro aspecto descrito se alude aos periódicos de publicações em que os maiores resultados partiram do instrumento de buscas Google Acadêmico, que resultou em artigos dispostos nos periódicos da Academia Paulista de Psicologia; Mosaicos Antropológicos; Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação; Revista Kairóz; Revista Longeviver; Revista Multidisciplinar e de Psicologia; Revista Tema de Mujeres; UniCEUB; Universidade do Rio Grande. No periódico do PePSIC, obteve 03(três) artigos e no periódico da Scielo com o resultado de 02 (dois) artigos. Mas nos periódicos Bvs-Psi e Periódicos CAPES não foram obtidos resultados que se enquadravam nos requisitos metodológicos da pesquisa.

Os métodos utilizados nos estudos se basearam em investigações diversas, tais quais: pesquisa qualitativa (04), revisão bibliográfica (02), pesquisa documental (01), estudo clínico, piloto,

observacional e transversal (01), reflexão fenomenológica (01), pesquisa dissertativa (01), exploratória e descritiva (01), revisão de literatura (01), ensaio crítico (01), quantitativo observacional (01), construcionismo social (01). Apesar das diversificações de formas de pesquisa apresentadas, a que mais predominou nos estudos, foi a pesquisa qualitativa.

Tabela 1: Organização dos dados

Nº	Título	Autor	Ano	Periódicos	Metodologia
01	Aparência corporal, Feminilidade e Mídia: Diálogos entre a Psicologia e as Artes	SOUZA, Andressa Alves de	2020	UniCEUB Centro Universitário de Brasília	Qualitativa
02	A Mídia e as Representações Visuais de Feminilidade e Corporeidade	VERLAET, Paula Miziara	2020	UniCEUB Centro Universitário de Brasília	Qualitativa
03	A mulher climatérica: reflexões sobre desejo sexual, beleza e feminilidade.	ALVES, Cristiane Nassar	2020	Scielo Biblioteca Virtual em Saúde	Estudo Bibliográfico
04	Saúde sexual e envelhecimento: revisão da literatura e apontamentos para a educação sexual	BORTOLOZZI, Ana Cláudia; NETTO, Tatiana de Cássia Ramos.	2020	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Pesquisa Documental
05	Percepção do envelhecimento: mulheres de meia idade e idosas que buscam por procedimentos estéticos.	CARRARA, Flávia Franco et.al.	2020	Revista Multidisciplinar e de Psicologia	Estudo clínico, piloto, observacional e transversal
06	A fenomenologia do corpo no envelhecimento: diálogos entre Beauvoir e Merleau-Ponty	DOMINGUES, Rafaela de Campos; FREITAS, Joanneliese de Lucas	2019	Revista Subjetividades	Reflexão fenomenológica
07	Envelhecer no feminino corpo e feminilidade na maturidade	VEIGA, Marcia Regina Medeiros	2019	Mosaicos Antropológicos	Pesquisa dissertativa
08	Significados da construção da aparência e processo de envelhecimento entre idosas brasileiras e espanholas	YOKOMIZO, Patrícia & LOPES, Andrea	2019	Revista Kairóz	Exploratória e descritiva, baseada no método etnográfico proposto por Geertz
09	Representações sociais, zona muda e práticas sociais femininas sobre envelhecimento e rejuvenescimento	CASTRO, Amanda; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; CAMARGO, Brigido Vizeu	2018	PePSIC	Qualitativa Descritivo-comparativo
10	Mulheres que desafiam o envelhecimento e o	PEREIRA, Belinda Silva	2018	Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade/	Revisão de literatura

	questionamento dos estereótipos de gênero	JAEGER, Angelita Alice		Universidade do Rio Grande	
11	A consciência do envelhecimento corporal no climatério.	GOTTER, Elvira	2017	Revista Longevidade	Ensaio crítico
12	Mulheres idosas: percepções sobre beleza e envelhecimento	KOWALSKI, Janaína Peixoto; et. al.	2017	Revista Tema de Mujeres	Pesquisa qualitativa – análise de entrevistas
13	O X da questão: proposta de utilização da terapia cognitivo comportamental na terapia sexual com mulheres no climatério	PINTO, Karla et. al.	2017	Revista Psicologia para América Latina	Revisão bibliográfica e descrição de Oficina
14	A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa	UCHÔA, Yasmim da Silva et. Al.	2016	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia	Quantitativo, observacional, do tipo transversal analítico
15	Significados do Envelhecimento para Servidoras Públicas de uma Instituição de Ensino Superior	SÁ, Rosane Antunes de & WANDERBROCKE, Ana Claudia N. S.	2016	Academia Paulista de Psicologia	Construcionismo social

Fonte: autoria própria.

Para melhor entendimento do que foi encontrado através dos dados, buscou-se organizá-los em eixos subdivididos nas respectivas categorias temáticas, em que cada uma possui sua descrição específica e a quantidade dos artigos que foram referências para as discussões sobre cada temática proposta, conforme descrito na tabela abaixo.

Tabela 2: Categorias temáticas, descrição das categorias e quantidade de artigos

Categorias Temáticas	Descrição	Nº de artigos
(A) corpo idoso e feminilidade	Artigos que descrevem as diversas situações que a mulher em sua fase de envelhecimento sofre e seus aspectos relacionados a feminilidade.	12
(B) feminilidade de etnias	Aspectos que são destinados as temáticas que discutem sobre as diferentes etnias entendem sobre a feminilidade.	03
(C) visão social sobre a feminilidade	Artigos relacionado as mulheres que experienciam a fase do envelhecimento e seus aspectos da feminilidade, e como é visto pela sociedade os aspectos do feminino ao envelhecer.	08
(D) aspectos do envelhecimento que causam sofrimentos psíquicos e físicos	Periódicos que descrevem sobre o sofrimento psíquico ou físico que é causado por aspectos do envelhecimento feminino.	11

Fonte: autoria própria.

Para falar sobre as considerações encontradas acerca das temáticas organizadas anteriormente, a Tabela 3 reúne os autores que discutem em seus artigos sobre elas em referência a cada categoria e em seguida, as informações e reflexões abordadas em cada tema.

Tabela 3: Categorias e os respectivos autores que se enquadram

CATEGORIAS TEMÁTICAS	AUTORES
(A) corpo idoso e feminilidade	<ul style="list-style-type: none"> • ALVES, Cristiane Nassar. • BORTOLOZZI, Ana Cláudia; NETTO, Tatiana de Cássia Ramos. • CASTRO, Amanda; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; CAMARGO, Brigido Vizeu. • CARRARA, Flávia Franco et.al. • DOMINGUES, Rafaela de Campos; FREITAS, Joanneliese de Lucas. • GOTTER, Elvira. • KOWALSKI, Janaina Peixoto et. Al. • MADUREIRA, Ana Flávia. • SOUZA, Andressa Alves de • VEIGA, Marcia Regina Medeiros • VERLAET, Paula Miziara • YOKOMIZO, Patrícia & LOPES, Andrea
(B) feminilidade de etnias	<ul style="list-style-type: none"> • CASTRO, Amanda; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; CAMARGO, Brigido Vizeu. • SOUZA, Andressa Alves de. • YOKOMIZO, Patrícia & LOPES, Andrea.
(C) visão social sobre a feminilidade	<ul style="list-style-type: none"> • CARRARA, Flávia Franco et.al. • CASTRO, Amanda; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; CAMARGO, Brigido Vizeu. • GOTTER, Elvira. • KOWALSKI, Janaina Peixoto et. Al. • PINTO, Karla et.al. • SÁ, Rosane Antunes de, & WANDERBROOKE, Ana Claudia N.S. • SOUZA, Andressa Alves de. • VERLAET, Paula Miziara.
(D) aspectos do envelhecimento que causam sofrimentos psíquicos e físicos	<ul style="list-style-type: none"> • ALVES, Cristiane Nassar • BORTOLOZZI, Ana Cláudia; NETTO, Tatiana de Cássia Ramos. • CARRARA, Flávia Franco et.al. • CASTRO, Amanda; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; CAMARGO, Brigido Vizeu • DOMINGUES, Rafaela de Campos; & FREITAS, Joanneliese de Lucas. • GOTTER, Elvira • PEREIRA, Belinda Silva; JAEGER, Angelita Alice • PINTO, Karla; et. Al. • SÁ, Rosane Antunes de, & WANDERBROOKE, Ana Claudia N. S. • SOUZA, Andressa Alves de. • VERLAET, Paula Miziara.

Fonte: autoria própria.

Categoria A- Corpo idoso e feminilidade

Nesta categoria, foram analisados artigos que descrevem as diversas situações que a mulher em sua fase de envelhecimento sofre, e seus aspectos relacionados à feminilidade. Foram identificados 12 (doze) artigos que discorrem sobre esta temática. Pode-se observar nos textos, tanto aspectos em comum quanto ideias divergentes sobre o tema.

Sobre o corpo da mulher em fase de envelhecimento através dos aspectos estéticos, podemos ver no artigo discutido por ALVES (2020, p. 126) que:

embora algumas se sintam mais autônomas e seguras, muitas experienciam fragilidades, já que culturalmente impõe-se um ideal de beleza que não inclui marcas de expressão, flacidez ou sobrepeso, comuns com chegada da idade.

Observa-se que o que fazia parte da feminilidade eram justamente os aspectos estéticos, onde se tenta conservar o corpo e o rosto das linhas de expressões e flacidez, comuns do processo natural do

envelhecimento humano. Já no texto de Souza (2020), trouxe a discussão sobre mulheres que para manter-se com o ar jovial buscavam métodos clínicos/cirúrgicos para obter esses resultados decorrentes de uma ideia culturalmente imposta.

Estes mesmos aspectos são vistos como reflexão sobre o impacto das mídias nestas formas de pensamento nas mulheres, por uma necessidade de seguir padrões estéticos hegemônicos, do qual, é tratado no artigo de Verlaet (2020) sobre o sentimento feminino como: “discriminação relacionada aos seus tipos cabelos ou escolhas pessoais, e relataram sofrimento psíquico relacionado à falta de diversidade de representações e falta de valorização de suas identidades”.

Outro aspecto relevante diz respeito às questões relacionadas ao climatério, onde a mulher passa por mudanças hormonais que interferem no funcionamento do corpo e do seu psicológico. Podemos ver estes tipos de discussões nos artigos de Alves (2020) que enfatiza que, após a menopausa precisa compreender-se e combater tabus, principalmente os relacionados à expressão de suas experiências, inclusive sobre à sua sexualidade, um ponto também avaliado tanto por Alves (2020) como por Carrara (2020) é sobre os sintomas psicológicos derivados pela fase da menopausa. Mas, podemos analisar uma nova forma de vivenciar a menopausa de uma maneira mais saudável, no qual Gotter (2017) discute que a aceitação dessa mudança privilegia uma reflexão psicológica de elaboração dessa nova imagem consciente de suas transformações e perdas relacionadas à sua juventude.

Observa-se no que se refere ao que é feminilidade e como ela compõe na vida dessas mulheres percorridas no texto está sempre correlacionada a pressões sociais, onde estigmatizam o que é e como é o feminino. Podendo ser apontado, também, em alguns artigos, como no de Yokomizo (2019) “Os modos de compor e significar a apresentação pessoal estiveram relacionados ao envolvimento com diversos agentes e instituições sociais.”, Souza (2020) afirma sobre ser “evidente na contemporaneidade resquícios de significados”, e por Kowalski (2017), do qual enfatiza que “a complexidade do envelhecimento em uma sociedade com uma forte herança patriarcal, hierarquizada e desigual como a nossa.”

Apesar da complexidade do processo de envelhecimento feminino, os artigos de Domingues (2019), Veiga (2019) e Kowalski (2017), trazem a aspectos positivos sobre o que é o envelhecer feminino com seus modos de feminilidade, propondo aceitar vivenciar esta fase, encarando os desafios advindos.

Categoria B – Feminilidade e Etnias

Essa categoria possui uma seleção de textos que fundamentam sobre como as diferentes etnias entendem e vivenciam suas experiências relacionadas a feminilidade durante o envelhecimento. Foram analisados 03 (três) artigos com essa abordagem.

O artigo de Souza (2020), traz aspectos de beleza em contraponto com a feminilidade e como é visto o que é belo e como essa beleza muitas vezes é difícil de alcançar, sendo prejudicial para quem tenta seguir. A pesquisa revela que das diferentes etnias-raciais e idades observadas o que cada uma discorre sobre a visão da mídia em relação aos seus corpos e que interferem como veem sua feminilidade.

Em contraponto, o artigo de Yokomizo (2019) discorre pela simplificação e minimização dos cuidados a si mesmo, ao utilizar de cuidados menos elaborados, e mesmo sendo dos dois tipos diferentes de nacionalidades, a similaridade de pontos de vista e a forma com apresentam os aspectos do que é feminilidade diante do envelhecimento.

Categoria C: Visão social sobre a feminilidade

Analisou-se artigos relacionados às mulheres que experienciam a fase do envelhecimento e seus aspectos da feminilidade, e como isso é visto pela sociedade. Foram estudados 08 (oito) artigos.

Observa-se que existe uma pluralidade na forma como as mulheres experienciam a sua feminilidade durante o envelhecimento. Ainda assim, é possível constatar a interferência da sociedade em como é pensada e exposta essa especificidade, ao trazer em alguns casos, um determinado dano na forma de como é vivenciada essa fase da vida, como vimos no artigo de Sá e Wanderbroocke (2016): “Constatou-se, por meio das narrativas das participantes, que elas estão identificadas com o discurso socialmente construído sobre o envelhecimento enquanto perdas e declínio.” Visto também no artigo de Carrara (2020): “Nos grupos estudados, os resultados sugerem uma percepção mais negativa do envelhecimento entre as mulheres de meia idade. A maioria das voluntárias relacionou os tratamentos estéticos com melhora na saúde.”

Sobre a questão da saúde sexual ainda ser vista como um tabu social, observa-se que isso traz consequências como a diminuição de conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis e também sobre os aspectos do climatério, assim visto como algo em que se encerra a vida sexual da mulher. Estes pontos foram analisados nos artigos de Bortozzoli e Netto (2020) e Gotter (2017). Pontos esses que precisam ser trabalhados diante da sociedade, reconhecendo os aspectos naturais do que é feminino e que influenciam na sua feminilidade. Para isso, Pinto (2017), em sua pesquisa aborda sobre como uma forma de cuidado, de enfatizar e de trazer a reflexão sobre a importância da saúde mental nessa fase da vida, dando exemplo de uma oficina específica para este público.

Outras visões trazidas nos textos analisados de Castro, Giacomozzi e Camargo (2018), constataram que as mulheres que participaram da sua pesquisa possuíam opiniões voltadas a poucos procedimentos estéticos, sendo esta considerada uma mulher feliz, e aquela que se preocupava com isso, seria considerada infeliz. Ponto de vista enfatizado por Verlaet (2020) que identifica a mídia como um potenciador na inserção de padrões estéticos voltados ao que é feminilidade.

Por outro lado, Kowalski (2017), traz resultados sobre um novo olhar do que se constitui o feminino e a feminilidade através das “percepções das mulheres entrevistadas neste trabalho mostram que há, sim, uma consciência do que já foi e o que é a representação da beleza feminina, mas essa não abala suas convicções, pois o importante é viver”. No entanto, assim como Kowalski comenta ao final deste trecho, Souza (2020), também afirma que apesar da contemporaneidade, ainda possui uma construção de pensamento cultural ultrapassado sobre o que é feminilidade e masculinidade.

Categoria D: Aspectos do envelhecimento que causam sofrimentos psíquicos e físicos

Observou-se descritores sobre o sofrimento psíquico ou físico causado por aspectos do envelhecimento feminino. Sendo assim, para esta análise foram estudados 11 (onze) artigos.

As mudanças corporais afetam diretamente o psicológico da mulher durante esta fase de envelhecimento. Podemos observar em Verlaet (2020), “(...)relataram sofrimento psíquico relacionado à falta de diversidade de representações e falta de valorização de suas identidades”. Também nos autores Souza (2020), Sá (2016) e Carrara (2020), trouxeram esta perspectiva do sofrimento psíquico atrelado as questões corporais sendo destacados pela aparência e pela fase do climatério, advindas não só por questões subjetivas, mas também pela influência da sociedade nos aspectos do que é ser idosa.

Bortolozzi (2020), trouxe uma perspectiva do sofrimento psíquico, atrelado à falta de conhecimento das pessoas idosas em relação às infecções sexualmente transmissíveis, ao deparar com a notícia de ter adquirido a infecção. “(...)oferecimento e na manutenção do tratamento e no acolhimento de possíveis desdobramentos psicossociais da experiência de ser contaminado por HIV/Aids, para si mesmos, para seus pares e familiares e para a sociedade.”

Para uma nova perspectiva, sobre este sofrimento durante o envelhecimento, ALVES (2020) discute sobre uma forma de prevenção do sofrimento psíquico através de ações de escuta, prevenção e promoção de saúde para mulheres que se encontram na fase do climatério e as questões culturais que influenciam para este sofrimento “(...)culturalmente impõe-se um ideal de beleza - não são apenas as questões hormonais que envolvem o desempenho emocional e sexual. Sintomas psicológicos, como depressão e ansiedade podem contribuir para ampliar as demandas desse público.”

No entanto, Domingues (2019), aponta através de reflexões de Simone de Beauvoir, sobre a importância do autoconhecimento nesta fase da vida, “(...) Beauvoir nos leva a indagar se estamos preparados para envelhecer e vivenciar nossa velhice, já que sempre a mantemos a distância, como uma estranha que desaba sobre nós.”

Considerações Finais

Na construção deste artigo, foram estudadas diversas abordagens sobre feminilidade da mulher durante o seu envelhecimento, no decorrer dos últimos 05 anos, observando quais aspectos da feminilidade os artigos abordavam e quais formas de estudos foram configuradas. Também se analisou sobre a quantidade de estudos que foram publicados durante este tempo, da qual percebeu-se um resultado que superou a hipótese inicial deste artigo, possuindo uma quantidade crescente de publicações sobre o tema, a partir dos anos de 2019 e 2020.

A análise dos dados, diante das temáticas trazidas pelos textos foram de forma prevalente às questões sobre o climatério, sendo atrelada a categorias de feminilidade e corpo e seus aspectos que levam ao sofrimento psíquico, como também, a autoestima das mulheres que vivenciam essa fase, ao se depararem com um corpo flácido e envelhecido, que não condiz com o que é imposto como feminilidade pela sociedade e intensificado na mídia. Consequentemente, acarretam sofrimentos psíquicos, para as mulheres que vivenciam esta fase da vida, sendo pressionada e ao mesmo tempo desvalorizada em papéis sociais importantes (trabalho, por exemplo). Os conhecimentos sobre o que é feminilidade e suas defesas em várias etnias, são ainda vistas como uma forma arcaica e machista.

Mesmo com o levantamento de novas hipóteses que trazem uma perspectiva de longo processo para que a realidade da mulher envelhecida seja vista como uma face diferente de feminilidade, há necessidade de que os paradigmas impostos pela mídia e face da estética ideal sejam rompidos sendo a mulher durante o seu processo de envelhecimento de fato valorizada, respeitando sua subjetividade e suas escolhas nesta nova fase. Outro ponto, é a importância de uma maior publicação diante deste tema, sobre outros aspectos da feminilidade, principalmente relacionados aos estudos da área da psicologia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cristiane Nassar. A mulher climatérica: reflexões sobre desejo sexual, beleza e feminilidade. *Estudos em Sexualidade*, Instituto de Sexualidade Paulista, vol. 2, p. 126-146, abril, 2020. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/Oswaldo-Rodrigues-Jr/publication/341029678_Estudos_em_Sexualidade_Volume_2_ESA2_Instituto_Paulista_de_Sexualidade/links/5ea9c5eb299bf18b9587b7bc/Estudos-em-Sexualidade-Volume-2-ESA2-Instituto-Paulista-de-Sexualidade.pdf. Acesso em: 04.Maio.2021.
- BOCLIN, Mônica Carvalho Pinto. Tempo, feminino e identidade: a imagem feminina na velhice. 2003. (Dissertação) Mestrado, Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4436@1>. Acesso em: 28. Maio. 2021.
- BORTOLOZZI, Ana Cláudia; NETTO, Tatiana de Cássia Ramos. Saúde sexual e envelhecimento: revisão da literatura e apontamentos para a educação sexual. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. esp.4, p. 2699-2712, dezembro, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14516>. Acesso em: 25. Abril . 2021.
- CARRARA, Flávia Franco et.al. Percepção do envelhecimento: mulheres de meia idade e idosas que buscam por procedimentos estéticos. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v.14, n. 49, fevereiro, 2020. Disponível: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2309>. Acesso em: 29. Abril . 2021.
- CASTRO, Amanda; GIACOMOZZI, Andréia Isabel; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais, zona muda e práticas sociais femininas sobre envelhecimento e rejuvenescimento. *PePSIC - Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 9, p. 58-77, maio/agosto, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200005. Acesso em: 25. Abril . 2021.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. *Espaço Feminino*. v. 28, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34170>. Acesso em: 26. Maio. 2021.
- DOMINGUES, Rafaela de Campos; FREITAS, Joaneliese de Lucas. A fenomenologia do corpo no envelhecimento: diálogos entre Beauvoir e Merleau-Ponty. *Revista Subjetividades*, v. 19, n. 3, p. 1-13, dezembro, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692019000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07. Maio . 2021.

- GIL, Antonio Carolos. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas, 4 ed. Pág 44. São Paulo, 2002.
- GOTTER, Elvira. A consciência do envelhecimento corporal no climatério. Revista Longevidade, nº 52, p. 70-76, abr/ mai/ jun., 2017. Disponível em: <https://revistalongevidade.com.br/index.php/revistaportal/article/view/667>. Acesso em: 25. Abril . 2021.
- GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Manual Pesquisa Qualitativa. Ânima Educação. Belo Horizonte, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas sociais. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017%3e>. Acesso em: 26. Maio. 2021.
- KOWALSKI, Janaína Peixoto; et. al. Mulheres idosas: percepções sobre beleza e envelhecimento. Revista Tema de Mujeres, p.76-97, outubro, 2017. Disponível em: <http://170.210.214.12/index.php/temasdemujeres/article/view/228>. Acesso em: 04 . Maio . 2021.
- MALLOY-DINIZ, Leandro F.; FUENTES, Daniel; COSENZA, Ramon M. Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, p.20- 30, 2013.
- MARQUES, Licia Carvalho. Novas elaborações psicanalíticas sobre a sexualidade feminina a partir do declínio da lógica fálico edípica. [recurso eletrônico] PUC-Rio, cap.05, 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4829@1>. Acesso em: 29. Nov. 2020.
- PEREIRA, Belinda Silva; JAEGER, Angelita Alice. Mulheres que desafiam o envelhecimento e o questionamento dos estereótipos de gênero. Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade/ Universidade do Rio Grande, setembro, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/165.pdf>. Acesso em: 20. Março . 2021.
- PINTO, Karla et. al. O X da questão: proposta de utilização da terapia cognitivo comportamental na terapia sexual com mulheres no climatério. Revista Psicologia para América Latina, n. 28, p. 88-99, junho, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-350X2017000100006#:~:text=Conclus%C3%A3o%3A%20A%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20dessa%20metodologia,sintomatologia%20inerente%20a%20essa%20fase. Acesso em: 29. Abril . 2021.
- SÁ, Rosane Antunes de & WANDERBROOKE, Ana Claudia N. S. Significados do Envelhecimento para Servidoras Públicas de uma Instituição de Ensino Superior. Academia Paulista de Psicologia, v. 36, n. 90, p. 192-208, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-711X2016000100013&lng=en&nrm=iso&tng=pt. Acesso em: 04 . Maio . 2021.
- SOUSA, Andressa Alves de. Aparência corporal, Feminilidade e Mídia: Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais. UniCEUB, p.1-20, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14481>. Acesso em : 20. Março . 2021.
- UCHÔA, Yasmim da Silva et. Al. A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, n. 19, p. 939-948, nov/dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/7dtmjLMf3c4bHR8bgcQDFXg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29. Abril . 2021.
- VEIGA, Marcia Regina Medeiros. Envelhecer no feminino corpo e feminilidade na maturidade. Mosaicos Antropológicos, p.84-93 dez, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337801479_Envelhecer_no_feminino_corpo_e_feminilidade_na_maturidade. Acesso em: 04 . Maio . 2021.
- VERCEZE, Flávia Angelo; CORDEIRO, Silvia Nogueira. Feminilidade não toda: uma revisão sistemática de literatura. Tempo psicanal. [online]. 2019, vol.51, n.2, pp. 140-165. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382019000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29. Novembro. 2020.
- VERLAET, Paula Miziara. A Mídia e as Representações Visuais de Feminilidade e Corporeidade. UniCEUB, p.1-22, Julho, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14476> . Acesso em: 20. Março . 2021.
- YOKOMIZO, Patrícia & LOPES, Andrea. Significados da construção da aparência e processo de envelhecimento entre idosas brasileiras e espanholas. Revista Kairós-Gerontologia, v. 22 (Especial 26), 351-385. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/46207>. Acesso em: 07. Maio . 2021.

Recebido em: 10 de agosto de 2022

Avaliado em: 10 de janeiro de 2023

Aceito em: 10 maio de 2023

¹ Discente do curso de Bacharel em Psicologia – FACESF. E-mail: ana_aliciam@hotmail.com

² Psicóloga e Neuropsicóloga; Professora orientadora da Graduação de Psicologia- FACESF; Professora na Pós-graduação - FACESP; Membro da Comissão Gestora da Subsede Sertão São Francisco - CRP-02; Delegada Interiorana ATC-PE. E-mail: prof.lucimarybezerra@gmail.com

SEÇÃO II: PROCESSOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

FEMINICÍDIO E PSICOLOGIA FORENSE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

FEMINICIDE AND FORENSIC PSYCHOLOGY: A LITERATURE REVIEW

Vinicius Ribeiro de Almeida ¹

RESUMO: Buscou-se neste artigo, compreender a relação da Psicologia Forense na temática “Feminicídio”. O conceito de feminicídio tornou-se uma importante categoria de análise, uma vez que permitiu identificar e descrever os fatores discriminatórios presentes nessas mortes, circunscrever suas características e descrevê-las como fenômeno social. Trata-se de uma revisão de literatura, em que foram selecionados estudos realizados a partir do ano de 2015, que tratam sobre o feminicídio e a Psicologia Forense, com intuito de compreender sobre o conceito de ambos os temas e ao mesmo tempo estabelecer uma conexão, e em seguida, analisar as contribuições da Psicologia Forense no combate ao feminicídio. Através da análise foi possível constatar que ainda existem desafios em relação a traçar um perfil, a grande demanda de trabalho ainda interfere na qualidade da prestação do serviço. O feminicídio é um problema complexo, no qual as vítimas necessitam de apoio, é importante que os atuantes deste âmbito busquem melhor qualificação e novas formas de intervenção para que haja redução nas taxas de criminalidade quando se trata de feminicídio.

Palavras-chave: Feminicídio. Psicologia Forense. Revisão de literatura.

ABSTRACT: In this article, we sought to understand the relationship of Forensic Psychology in the theme “Femicide”. The concept of femicide has become an important category of analysis, as it has allowed identifying and describing the discriminatory factors present in these deaths, circumscribing their characteristics and describing them as a social phenomenon. This is a literature review, in which studies carried out from the year 2015 onwards were selected, which deal with femicide and Forensic Psychology, with the aim of understanding the concept of both themes and at the same time establishing a connection, and then analyze the contributions of Forensic Psychology in the fight against femicide. Through the analysis, it was possible to verify that there are still challenges in relation to drawing a profile, the great demand for work still interferes with the quality of service provision. Femicide is a complex problem, in which victims need support, it is important that those working in this area seek better qualification and new forms of intervention so that there is a reduction in crime rates when it comes to femicide.

Keywords: Femicide. Forensic Psychology. Literature review.

1 INTRODUÇÃO

O livro “Diretrizes Nacionais Feminicídio”, relata que o conceito de “feminicídio” foi utilizado pela primeira vez na década de 1970, mas foi nos anos 2000 que seu emprego se disseminou no continente latino-americano em consequência das mortes de mulheres ocorridas no México, país em que o conceito ganhou nova formulação e novas características com a designação de “feminicídio”.

Segundo Campos (2015), categoria feminicídio / feminicídio é oriunda da teoria feminista. O termo feminicídio (femicide) é atribuído a Diana Russel, que em 1976 o utilizou para referir a morte de mulheres

por homens pelo fato de serem mulheres como uma alternativa feminista ao termo homicídio que invisibiliza aquele crime letal.

Para Russel (1976 apud CAMPOS, 2015), a dominação patriarcal é o pano de fundo para explicar a situação estrutural de desigualdade que inferioriza e subordina as mulheres aos homens, alimenta os sentimentos de controle e posse sobre o corpo feminino, e justifica o sentimento de menosprezo pela condição social feminina. Sentimentos que dão causa a essas mortes.

Para as ciências sociais e os estudos feministas, o conceito de femicídio tornou-se uma importante categoria de análise, uma vez que permitiu identificar e descrever os fatores discriminatórios presentes nessas mortes, circunscrever suas características e descrevê-las como fenômeno social, além de permitir dimensionar sua presença na sociedade a partir de estudos de natureza quantitativa – tarefa que ainda resta pendente na maior parte dos países (COPELLO, 2012 apud MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2019, p.21).

Os números ressaltam que tais crimes não estão sendo reprimidos com eficácia e que se faz necessário repensar as medidas de punição, mas principalmente uma intervenção para a prevenção desses crimes (MACHADO; ELIAS, 2018 apud SILVA; SCHERMANN, 2021). A proposta de criminalização do feminicídio no Brasil insere-se na tendência observada na América Latina, desde os anos noventa, de reconhecimento da violência contra mulheres como um delito específico. Essa demanda feminista é originada da constatação de que a violência baseada no gênero era naturalizada ou mesmo ignorada pelo direito penal levando à conclusão de que os direitos humanos das mulheres não eram objeto de proteção adequada (CAMPOS, 2015).

No Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou a violência contra a mulher, apresentou projeto de lei tipificando o feminicídio como uma continuidade legislativa iniciada com a lei Maria da Penha, conforme se verifica na justificção do projeto: “[...] a lei deve ser vista, no entanto, com um ponto de partida, e não de chegada, na luta pela igualdade de gênero e pela universalização dos direitos humanos. Uma das continuações necessárias dessa trajetória é o combate ao feminicídio” (BRASIL, 2013, p. 1003).

Na tentativa de minimizar os crimes contra a mulher, a Psicologia Forense surge para contribuir e dar suporte, a partir de sua ciência, estuda os processos comportamentais do indivíduo infrator, em interface com o Direito, porém de forma autônoma, considerando que a psicologia tem como objeto de estudo o comportamento humano (ANTON; TONI, 2014, apud SILVA; SCHERMANN, 2021).

As mesmas autoras reforçam que a psicologia forense é uma ciência que visa realizar estratégias que possam contribuir para reduzir o comportamento criminoso, bem como identificar indivíduos com transtorno de personalidade antissocial (ANTON; TONI, 2014, apud SILVA; SCHERMANN, 2021). Assim, buscou-se neste artigo, compreender as contribuições da Psicologia Forense na prevenção e proteção de vítimas do “Femicídio” e quais os desafios para uma intervenção de qualidade.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica, foram selecionados estudos realizados a partir do ano de 2015, que tratavam sobre o feminicídio e a Psicologia Forense, com intuito de compreender o conceito e a relação entre ambos, estabelecer uma conexão e analisar as contribuições da Psicologia Forense no combate ao feminicídio.

Foram analisados cinco artigos e um livro, ambos abordando sobre o tema proposto. Os critérios para seleção foram que estes estivessem em Língua Portuguesa, que tratassem sobre a temática e que fossem estudos recentes publicados a partir do ano de 2015, recusou-se os duplicados e que não tinham relação com o assunto.

3 RESULTADOS

Foram encontrados mil quatrocentos e cinquenta resultados, dos quais, em língua portuguesa e com relação direta ao tema foram utilizados cinco.

No quadro 1, consta dos dados relacionados ao tema do artigo, autores e ano de publicação.

Quadro 1. Caracterização dos artigos incluídos.

TEMA	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
1. Violência, Crime e Segurança Pública Femicídio no Brasil Uma análise crítico-feminista	Carmen Hein de Campos	2015
2. Femicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos	Ana Carolina Gondim de A. Oliveira Mônica Josy Sousa Costa Eduardo Sérgio Soares Sousa	2015
3. Violência contra a mulher: um toque da psicologia forense no âmbito multidisciplinar	<u>Eva Daik Mengisztiki</u> <u>Jéssica Rielly Katchorovski</u> <u>Patricia Rodrigues Alves</u> <u>Regiane Bueno Araújo</u>	2018
4. Fatores de risco de feminicídio no Distrito Federal	Thiago Pierobom de Ávila	2021
5. O crime de feminicídio sob o olhar da psicologia forense	Carine Pires da Silva Luciana Azambuja Schermann	2021

Fonte: Próprio autor.

Os estudos apontam um histórico acerca do conceito de feminicídio e sua relação com a Lei Maria da penha, aspectos teóricos e propostas de criminalização do feminicídio, mostram que o conceito passa por redefinições e conceitualizações em diferentes autores. Ademais, o Estado é colocado como um responsável pelas ocorrências e práticas do crime de feminicídio, visto que é dever do Estado garantir a segurança da vida de todas as mulheres.

Em relação ao processo de tipificação, o estudo expõe o feminicídio como continuum das leis de criminalização da violência doméstica e familiar, de modo que é possível afirmar:

No Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou a violência contra a mulher apresentou projeto de lei tipificando o feminicídio como uma continuidade legislativa iniciada com a lei Maria da Penha, conforme se verifica na justificção do projeto: “[...] a lei [Maria da Penha] deve ser vista, no entanto, com um ponto de partida, e não de chegada, na luta pela igualdade de gênero e pela universalização dos direitos humanos. Uma das continuações necessárias dessa trajetória é o combate ao feminicídio” (BRASIL, 2013, p. 1003, apud CAMPOS, 2015, p. 106).

Segundo o estudo, a tipificação responderia a compromissos internacionais, tal qual o previsto nas Conclusões Acordadas da 7ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, da ONU para “reforçar a legislação nacional, onde apropriado, para punir assassinatos violentos (gender-related) e integrar mecanismos ou políticas específicos para prevenir, investigar e erradicar essas deploráveis formas de violência de gênero” (BRASIL, 2013, p. 1004 apud CAMPOS, 2015).

O femicídio / feminicídio é uma categoria de análise feminista criada para nominar e visibilizar as diferentes formas da violência extrema, possibilitando falar de um continuum da violência baseada no gênero. Nomear a violência feminicídio é reconhecer juridicamente uma forma de violência extrema praticada contra mulheres e, por isso, simbolicamente importante (CAMPOS, 2015).

Os artigos apontam para aspectos morais, culturais, psicológicos e também culturais. No contexto sociocultural, as relações que envolvem homens e mulheres situam-se na esfera entre a dominação masculina e a opressão feminina. Desta maneira, a realidade de mulheres submissas em face do domínio do homem se enraíza em uma ordem social na qual a figura do poder patriarcal é predominante, alicerçado em uma divisão sexual que concede aos homens mais poderes e mais direitos do que às mulheres (OLIVEIRA; COSTA; SOUSA, 2015).

Criminalizar o feminicídio foi uma providência necessária e justa diante da dívida que a sociedade possui para com as mulheres. Entretanto, a judicialização do feminicídio é apenas uma das muitas modificações que o Estado deve empreender a fim de transformar definitivamente essa realidade (OLIVEIRA; COSTA; SOUSA, 2015).

No artigo “Violência contra a mulher: um toque da psicologia forense no âmbito multidisciplinar” (MENGISZTKI et al., 2018) o objetivo do estudo foi mediante a psicologia Forense conscientizar e informar as mulheres sobre os seus direitos frente à violência doméstica e a Lei Maria da Penha. Este artigo consistiu na aplicação de uma dinâmica para mulheres, em que foi possível observar certa dificuldade por parte das mulheres em diferenciar os cinco tipos de violência doméstica e distinguir cada suposto e possível ato praticado pelos agressores, que continham escritos nos papéis que foram distribuídos a elas, tais como, quebrar seus pertences, te bater, te difamar, te xingar, te humilhar em público, controlar seu dinheiro, te obrigar a práticas não desejadas.

Para trabalhar com violência doméstica e familiar, o psicólogo atuante nesta área utiliza-se da terapia comunitária, de campanhas socioeducativas, apoio e suporte psicológico, a fim de amenizar o

sofrimento da vítima e estabelecer estratégias de intervenção que possibilitem mudanças. Neste caso, o trabalho do psicólogo estará vinculado com o uma intervenção da justiça, e por isso não se limita a atendimentos em consultórios, mas sim em ambientes diferenciados, com intervenções individuais, o trabalho é junto com a justiça, se tornando um trabalho multidisciplinar. Um dos principais objetivos do atendimento psicológico com as vítimas é que as mesmas resgatem suas condições como ser mulher, a sua autoestima, desejos, vontades, sonhos a serem realizados, que por algum momento ficaram encobertos com o período da violência sofrida. (COSTA; BRANDÃO, 2005 apud MENGISZTKI et al., 2018).

O artigo “Fatores de risco de feminicídio no Distrito Federal”, tratou-se de um estudo sistemático, evidenciou que vários fatores de risco são potencialmente indicativos de risco de feminicídio. Em 80% dos casos (n = 27), estiveram presentes seis ou mais fatores de risco e a média encontrada foi de nove, o que sugere que múltiplos fatores interagem no aumento do risco de feminicídio (ÁVILA, 2021).

O estudo corroborou que o feminicídio é um fenômeno gendrado e que possui intersecção com raça/cor e condição social, sendo de fundamental importância a compreensão do contexto de desigualdades sociais, de gênero e de raça em que as mulheres estão inseridas. As vítimas eram em sua maioria negras e/ou em precária condição socioeconômica. Quando brancas, a precarização econômica era ainda maior. (ÁVILA, 2021).

Por fim, o artigo “O crime de feminicídio sob o olhar da psicologia forense” (SILVA; SCHERMANN, 2021), traz relatos de profissionais que atuam na área forense em relação ao papel do Psicólogo Forense, onde este relata:

Psicólogo 1 ...eu vejo o papel do psicólogo forense muito pequeno, por ser uma ciência ainda muito nova no Brasil, a falta de conhecimento e entendimento em relação a área faz com que nosso trabalho fique limitado e com uma prática muito pequena do que se pode trabalhar e contribuir nos espaços atuantes e também para a sociedade... espero que muito em breve seja dada a devida importância para essa ciência... o psicólogo forense pode atuar com perícias, avaliações para o processo de alienação parental, estudos familiares, nas avaliações para fins de progressão de regime e para concessão da liberdade condicional... [...] Psicólogo 2 ...historicamente, nós psicólogos forenses, atuamos no sistema prisional a partir das demandas do judiciário... estamos aqui para atuar de forma neutra com nossos clientes, sem julgamentos.... (SILVA; SCHERMANN, 2021, p. 78).

A partir da fala dos entrevistados pode-se observar que a atuação e trabalho do psicólogo forense vem crescendo, estes podem atuar em atividades ligadas aos tribunais de justiça, aplicação de exames psicológicos tanto para autores do delito quanto das vítimas, avaliações e acompanhamento dos períodos de detenção, pós-detenção, avaliação dos danos psíquicos e neuropsicológicos, exames das famílias em conflitos e de menores, processos de alienação parental, menores em risco, assistência às vítimas, bem como em processos de perícias e contra perícias (ANTON; TONI, 2014).

Quando se tratou da categoria sobre o trabalho desempenhado nos casos de feminicídio abordado no artigo.

Psicólogo 1 ...trabalho para fins de acompanhamento junto aos apenados que cometeram o crime de feminicídio, trabalho contínuo e com intervenções em grupo e individual, visando a reinserção do indivíduo na sociedade, aplicação de avaliação realizada no sistema prisional, para fins de benefícios e direitos desses agressores..."; Psicólogo 2 ...trabalhamos de acordo com as demandas do judiciário para tal delito... o trabalho se resume, muitas vezes, na aplicação do instrumento de avaliação para fins de tratamento do custodiado, uma ferramenta padrão e utilizada nos diversos tipos de crimes, inexistindo a personalização do instrumento, neste caso para os crimes de violência contra a mulher e feminicídio... documento que é preenchido a partir de quesitos solicitados pelo juiz, somos proibidos de realizar diagnóstico de personalidade nos processos de progressão de regime e livramento condicional, sendo considerado e visto como não ético psicologicamente... nossa rotina se presume numa demanda imensa de trabalho para poucos psicólogos darem conta...; Psicólogo 3 ...o psicólogo não fecha diagnóstico / prognóstico, deixamos subentendido que aquele indivíduo tem características de algum transtorno de personalidade, considerando sua história de vida pregressa e atual, características muitas vezes encontradas em agressores que cometeram crime de feminicídio..."; Psicólogo 4: ...os profissionais tomam tais medidas para se preservar, considerando a briga que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) teve com o Judiciário, nos proibiram de falar sobre diagnóstico, prognóstico e reincidência... (SILVA; SCHERMANN, 2021, p. 78).

Nessa categoria os psicólogos tiveram relatos compatíveis, nos quais foram evidenciados que o trabalho desempenhado nos casos de feminicídio pelos psicólogos forenses, muitas vezes, se resume na aplicação do instrumento de avaliação junto aos custodiados, que busca dar suporte técnico e apoio ao judiciário, nos processos para fins de progressão de regime, liberdade condicional e de individualização da pena (SILVA; SCHERMANN, 2021).

O mesmo estudo possuía uma terceira categoria, esta diz respeito as dificuldades encontradas pelos psicólogos forenses nos crimes de feminicídio: a partir das narrativas dos técnicos.

Psicólogo 1 ...geralmente o psicólogo que atua na área forense hoje tem uma vinculação com o estado, e é o mesmo estado que tantas vezes acabou negligenciando aqueles indivíduos envolvidos, tanto agressor mas principalmente a vítima... quantos serviços do próprio estado não deram conta de prevenir, sanar e atender esses pedidos para se tentar evitar a violência contra a mulher e o crime de feminicídio, uma série de negligências, de fracassos do próprio estado... uma outra dificuldade que enfrentamos é a relação da população carcerária baseada na desconfiança, inexistindo o vínculo, prejudicando o trabalho para fins de promoção da autonomia do indivíduo; Psicólogo 2 ...muitos psicólogos atuam nas demandas de feminicídio e de outros crimes, sem conhecimento na área e qualificação para contribuir de forma adequada junto ao judiciário, pois para trabalhar nessa área o Estado não solicita especialização fim e não subsidia cursos para fins de qualificação e especialização... Psicólogo 4 ...nosso trabalho é, muitas vezes, desconexo dos demais procedimentos e áreas envolvidas, por exemplo, a partir do trabalho do psicólogo forense se poderia desenvolver ações, políticas de ações à vítimas... ter um trabalho mais específico de responsabilização dos agressores, seja para fins de encaminhar esse sujeito para um tratamento ou para fins de condenação mesmo, no sentido da perícia propriamente dita... pensar políticas públicas, políticas mais amplas junto a sociedade, que envolva esse tema do feminicídio, da violência contra a mulher... entendo que esse trabalho, muitas vezes desconectado com essas tantas possibilidades, acaba se tornando algo que desvaloriza e limita o trabalho do psicólogo forense... (SILVA; SCHERMANN, 2021, p. 79).

Os psicólogos trouxeram diferentes pontos considerados como dificuldades enfrentadas em seu dia a dia, bem como as falhas que acontecem, as quais ocasionam ineficácia às práticas de prevenção, um trabalho muitas vezes desconectado dos demais, que deixa o trabalho do psicólogo forense limitado e pouco valorizado.

Outro ponto de dificuldade referido, foi em relação a falta de conhecimento e de qualificação desses profissionais, em que para concorrer a uma vaga, na grande maioria, acontece via concurso. O candidato só precisa ter a formação em psicologia, ressaltando ainda que, os órgãos públicos não subsidiam verbas para cursos e/ou especializações na área de atuação, por conta disso diversos

profissionais atuam em demandas sem conhecimento e, muitas vezes, causam prejuízo junto ao processo de trabalho e suporte ao judiciário (SILVA; SCHERMANN, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou entender a atuação dos psicólogos forenses no problema “Feminicídio”, ficou constado o grande desafio que é atuar não só no problema do feminicídio, como atuar na área forense de forma geral.

No entanto, o trabalho do psicólogo forense é justamente cumprir seu papel perante as demandas do meio judiciário, fornecendo suporte nos processos e auxiliando nas sentenças. Através da análise foi possível constatar que ainda existem desafios em relação a traçar um perfil e a com grande demanda de trabalho, pois esta interfere na qualidade da prestação do serviço.

Outros desafios estão relacionados a novas formas de intervenção, visto que muitos psicólogos fazem o uso da avaliação, o que a torna um processo padrão, sendo considerada como algo superficial. O feminicídio é um problema complexo, no qual as vítimas necessitam de apoio, é importante que os atuantes deste âmbito busquem aperfeiçoamento e novas formas de intervenção com intuito de ajudar reduzir as taxas de criminalidade quando se trata de feminicídio.

É evidente a necessidade de novas pesquisas relacionadas ao âmbito jurídico, uma vez que se trata de um campo vasto e cheio de possibilidades. Além disso, poucos foram os achados em língua portuguesa quando se tratava de psicologia forense e feminicídio. Novos estudos podem contribuir para ampliar o saber e propiciar novas estratégias de intervenção e formas de atuação.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Thiago Pierobom de. Fatores de risco de feminicídio no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. v. 180, p. 297 – 328, Jun, 2021. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/fatores-de-risco-de-femicidio-no-distrito-federal>.
- BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatório final. Brasília: Senado Federal, 2013.
- CAMPOS Carmen Hein de. Violência, Crime e Segurança Pública Feminicídio no Brasil Uma análise crítico-feminista. *Sistema Penal & Violência: Porto Alegre*, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan-jun, 2015. <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>.
- HEIN, de Campos Carmen. Feminicídio no brasil uma análise crítico-feminista. *Sistema Penal & Violência, Porto Alegre*, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan.-jun. 2015.
- MENGISZTKI, Eva Daik; KATCHOROVSKI, Jéssica Rielly; ALVES, Patricia Rodrigues; ARAÚJO, Regiane Bueno. Violência contra a mulher: um toque da psicologia forense no âmbito multidisciplinar. *Jus.com.br*. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68830/violencia-contra-a-mulher-um-toque-da-psicologia-forense-no-ambito-multidisciplinar>.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Diretrizes Nacionais Feminicídio. Brasília-DF Abril/2016. Disponível em < Diretrizes Nacionais Feminicídio — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br)>.
- OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sóciojurídicos. *Revista On-line do CESED, Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento*. v. 16, n. 24/25, jan-dez, 2015. Disponível em: <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/>.
- SILVA, Carine Pires da; SCHERMANN, Luciana Azambuja. O crime de feminicídio sob o olhar da psicologia forense. *Aletheia: Canoas*, v. 54, n. 1, p. 74-84, jun. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942021000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2022. <http://dx.doi.org/DOI10.29327/226091.54.1-8>.

Recebido em: 27 de novembro de 2022

Avaliado em: 10 de dezembro de 2022

Aceito em: 25 de maio de 2023

¹ Faculdade Faveni E-mail: viniciusalmeida.20@outlook.com

UM ESTUDO SOBRE OS SABERES: A RELAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

UN ESTUDIO SOBRE EL CONOCIMIENTO: LA RELACIÓN ENTRE EL CONOCIMIENTO Y EL DESARROLLO HUMANO

Nayara Kelly Gomes da Silva ¹
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião²
Débora Alves de Amorim ³

RESUMO: Este ensaio pretende introduzir um estudo ainda em seu processo de delimitação, sobre a relação entre os conhecimentos e o desenvolvimento humano, partindo da contextualização histórica em que o problema dos saberes foi pensado; seguindo com os trabalhos de Peter Burke, Lakatos e Marcone, Manuel Lima e Boa Ventura, que já investigam dentro do assunto e convergem com os interesses de pesquisa; e por fim as possibilidades de pesquisa a cerca da influência mútua entre o fenômeno no cotidiano.

Palavras-chave: Saberes. Desenvolvimento Humano. Conhecimentos. Psicologia. Educação.

RESUMEN: Este ensayo pretende introducir un estudio aún en su proceso de delimitación, sobre la relación entre las habilidades humanas y el saber, a partir del contexto histórico en el que se pensó el problema del saber; continuando con los trabajos de Peter Burke, Lakatos y Marcone, Manuel Lima y Boa Ventura, quienes ya investigan dentro del tema y confluyen con intereses investigativos; y finalmente, las posibilidades de investigación sobre la influencia mutua entre el fenómeno en la vida cotidiana.

Palavras Clave: Saber. Desarrollo humano. Conocimiento. Psicología. Educación.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da realidade de que por tempos os saberes foram deturpados e controlados por organizações que se diziam bem feitoras da sociedade, como aponta o historiador Burke (2003, p. 92) “no sentido da coleta, armazenamento, recuperação e supressão da informação pelas autoridades, tanto da Igreja quanto do Estado.”

Trazemos à discussão, como esses saberes foram usados, em particular o saber religioso e político, desde o início das civilizações, como meio de dominação de modo que foi tirado das pessoas dominadas a autonomia de ser: o saber deixou de ser saber inteiro, saber sobre um todo, saber para o saber, sobre o eu e o mundo, para ser somente sobre o mundo visível e superficial, sobre só o que se era permitido saber, ao ponto de agora na contemporaneidade termos a necessidade de criar um prefixo para certificar de que falamos sobre nós mesmos quanto pessoas, como ocorre com o termo “autoconhecimento”.

Dessa maneira é levantada a problemática: como podemos então usar os saberes em prol, de fato, do bem-estar social e da autonomia humana?

Para pensar isso, segue-se neste ensaio um breve apontamento sobre os tipos de saberes, os tipos de conhecimentos, como a maneira de interpretá-los se modificaram e uma interpretação entre a relação das habilidades humanas e os conhecimentos.

DESENVOLVIMENTO

Os saberes são entendidos aqui como as possíveis maneiras de apreensão e interação entre os seres humanos e o mundo, categorizados para uma melhor compreensão em: informação, que é como o conteúdo bruto, a exemplo do som apreendido pelos ouvidos; conhecimento, que é como o conteúdo construído, a exemplo do som que chega aos ouvidos como informação e fonte material de interpretação; e sabedoria, que é como o conteúdo adquirido e aplicado conforme o benefício e a necessidade; assim como delimita e melhor explica Burke (2003, p. 17). A partir desse entendimento, o conhecimento parece ser o saber que se vincula ao que é dado pelo mundo para nós pessoas (em informação) e o que é dado de nós para o mundo (em sabedoria); numa dinâmica em que todos os saberes coexistem e funcionam simultaneamente, mediante toda a complexidade de ser humano.

As pesquisadoras Lakatos e Marconi (2003, p. 77) sistematizam quatro grandes tipos de conhecimentos: o popular, o científico, o filosófico e o religioso/teológico, as quais este trabalho vai de encontro, na busca por identificar e compreender estes e outros conhecimentos, a saber: o artístico, o técnico, o esportivo, o político, o astrológico, etc.

Esse estudo também é transpassado por um movimento que não pode ser ignorado, uma vez que também demonstra como o saber tem se modificado ao longo das épocas. Ao estudar a história visual do conhecimento humano, Manuel Lima (2015) apresenta como a humanidade passou de representações hierarquizadas e padronizadas do conhecimento para representações em rede, descentralizadas e interconectadas, uma representação de como as sociedades mudaram suas maneiras de elaborar as experiências e responder a elas.

Tudo isso, implica falar de um fenômeno que é ao mesmo tempo individual e coletivo: individual porque se faz pertinente conhecer a dimensão humana em sua unicidade: fisiologia, cognições, personalidade, história de vida; e coletividade: social, histórica, cultural; pois tudo o que as pessoas e os grupos produzem (o conhecimento), é na relação como meio. Por isso para trabalhar com um é preciso trabalhar com o outro, e vice e versa, pois, como muito feliz afirmou Santos (2002, p. 81) “todo um conhecimento é autoconhecimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso tudo pode levar a deduzir e induzir que as faculdades humanas podem produzir conhecimentos, cada qual a sua maneira, que reafirmem a autonomia dos sujeitos e propiciem o bem-estar comum e paralelamente a produção desses conhecimentos pode contribuir para reafirmação e autonomia das habilidades humanas.

Este trabalho não pretende se aprofundar na história em torno das deturpações dos saberes nem como eles atuam até hoje, também não rejeita a necessidade de revisar as origens de tal problemática; mas o principal objetivo é aprofundar nas promoções incumbidas aos saberes sobre a vida das pessoas.

Com vistas a garantir uma práxis, se faz pertinente reconhecer o impacto institucional da educação como propagadora dos saberes formais e informações, que se faz presente desde o início da vida, dentro de casa, na escola e até o trabalho. É por tanto que a Psicologia, como ciência e profissão apta a qualificar a vida em sociedade, tem papel de se manter em contato com a(s) realidade(s) atualizando suas intenções e dialogando com as ciências sociais.

Dessa forma este ensaio principia um estudo que deve se estender em pesquisas descritivas e prescritivas sobre os tipos de conhecimentos e suas respectivas contribuições bem como levanta a proposição de uma outra maneira de pensar sobre o(s) conhecimento(s) e o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas 2003.

TED YouTube. A Visual History of Human Knowledge | Manuel Lima | TED Talks. TED. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BQZKs75RMqM>. Acesso em: 17 de Novembro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2002.

Recebido em: 10 de janeiro de 2023
Avaliado em: 15 de fevereiro de 2023
Aceito em: 25 de junho de 2023

¹ Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF). E-mail: nayarapebr@gmail.com

² Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF). E-mail: prof.lucimarybezerra@gmail.com

³ Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: alvesamorimdebora@gmail.com